



# Resumo dos Relatórios das Representações CNC

N.º 116, Abril de 2017

Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo

*Presidente*

Antonio Oliveira Santos

*Chefe do Gabinete da Presidência*

Lenoura Schmidt

*Chefe da Assessoria de Gestão das Representações*

Wany Liete Pasquarelli

*Equipe*

Cássia Marques

Cristiane Soares

Cristiano Costa

Eribelton Lima

José da Silva

Juliane Alves

Mário Júnio

Tels.: (61) 3329-9539/66/47/81/40

Fax: (61) 3329-8292

E-mail: agr@cnc.org.br

www.cnc.org.br

*Design gráfico*

Assessoria de Comunicação

*Revisão*

Alessandra Volkert

Publicação Mensal

---

Brasília

SBN Quadra 1 Bloco B, nº 14, 15º ao 18º andar

Edifício Confederação Nacional do Comércio

CEP: 70041-902

PABX: (61) 3329-9500

E-mail: cncdf@cnc.org.br

Rio de Janeiro

Avenida General Justo, 307

CEP: 20021-130

Tel.: (21) 3804-9200

Fax: (21) 2544-9279

E-mail: cncrj@cnc.org.br

www.cnc.org.br



## Veja nesta edição

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC) discute alteração das normas para apresentação de projetos pela Lei Rouanet.

**Página 8**

Aprovada a criação do Grupo de Trabalho sobre Gestão Ilegal de Direitos Autorais.

**Página 10**

Fórum Nacional de Educação discute preparativos para a Conferência Nacional de Educação (Conae 2018)

**Página 12**

Ministro do Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) apresenta o balanço de atividades, ano 2016, do Plano Nacional da Cultura Exportadora.

**Página 14**

Acordo de Paris é discutido na Plenária do Conama

**Página 15**

Iniciada a revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

**Página 17**

Reativação do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, realizada em sua 1ª Plenária no dia 23/03/2017, no Palácio do Planalto.

**Página 20**

Deputado federal Luiz Carlos Hauly, relator da reforma tributária no Congresso Nacional, diz que a proposta de reforma tributária não mexe com o Sistema S no XIV Convenção nacional da Micro e Pequena Empresa em Curitiba.

**Página 22**

Conselho discute as frentes regulatórias para Internet da Coisas

**Página 24**

Consenso das bancadas patronal e de empregados, a proposta de reformulação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverá seguir a via legislativa.

**Página 27**

Conselho Nacional de Imigração (CNIg) realiza sua II Reunião Ordinária no ano de 2017.

**Página 28**

Grupo de Trabalho Confederativo sobre o eSocial solicita a disponibilização de um canal de comunicação institucional para suporte nas homologações dos sistemas governamentais e dos sistemas privados.

**Página 31**

GT – Trabalho Análogo ao de Escravo aprova o tripartismo conforme recomendação da OIT/convocação 144, para metodologia dos trabalhos.

**Página 35**

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti) discute a necessidade de revisão e alinhamento nacional da definição de trabalho infantil.

**Página 38**

Ministério da Justiça (MJ) e Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e a Falsificação assinam o termo de cooperação para construir avanços no combate às ilegalidades.

**Página 41**

Governo destaca 4 assuntos para a Conferência Internacional do Trabalho de 2017, que ocorrerá em Genebra.

**Página 42**

Posicionamento da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (CIAN) sobre o episódio da operação “Carne Fraca”.

**Página 44**

Comissão analisa o Programa Anual de Saúde, com foco na formação profissional.

**Página 51**

Sistema CNC/SESC/SENAC participa do 2º Debate sobre o PL 559/2015, no Âmbito da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT)

**Página 52**

Câmara de Turismo adere ao Pacto Global das Nações Unidas.

**Página 55**

CNC participa do lançamento do programa Brasil + Turismo

**Página 57**

### Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

### Representação Efetiva

Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC)

### Representante

---



#### 2º Suplente

Gilberto Rodrigues Figueiredo

*Assessor Técnico em Música*

*Sesc - Departamento Nacional*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no período de 6 a 9 de março de 2017

A Comissão é formada pelas bancadas de Música, Artes Cênicas, Artes Visuais, Audiovisual, Patrimônio, Humanidades e a bancada do Empresariado, que analisa projetos de Artes Integradas e Planos Anuais, cada uma delas formada por três representantes da sociedade civil que exercem os papéis de titular, 1º e 2º suplentes. Também integram a CNIC (Comissão Nacional de Incentivo à Cultura) as seguintes instituições vinculadas ao Ministério da Cultura (MinC): Fundação Nacional de Artes (Funarte), Fundação Biblioteca Nacional (FBN), Instituto Brasileiro de Museus (Ibram), Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), Fundação Cultural Palmares, Fundação Casa de Rui Barbosa e Secretaria do Audiovisual.

A principal atribuição da Comissão é analisar projetos que aspiram à chancela da Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei Rouanet), que chegam a CNIC após primeira análise realizada pelas instituições vinculadas ao MinC. Também é sua atribuição, através de debates e proposições, contribuir para o aprimoramento da legislação que baliza o fomento à produção cultural no País.

A reunião teve como pauta a análise de projetos culturais, tendo a partir das 16 horas do dia 9 a realização da plenária final. Também ocorreram reuniões para apresentação da nova Instrução Normativa (IN) que está em fase final de revisão e que deve ser publicada ainda no mês de março.

Na tarde do dia 6 de março, segunda-feira, foi realizada reunião, sob a coordenação do Sr. Odecir Luiz, Diretor de Incentivo à Produção Cultural, com a finalidade de informar aos membros da CNIC a situação atual da nova IN que deverá entrar em vigor ainda neste mês. O assunto principal foram os artigos que alteram procedimentos previstos na IN 1/2013, que ainda está vigorando, e que provocarão mudanças significativas na rotina de análise de projetos.

No turno da tarde do dia 8 de março, quarta-feira, a Comissão visitou a sede do MinC, localizada na Esplanada dos Ministérios, onde foi recebida por profissionais de todas as áreas que se relacionam com a Lei Rouanet. Cada setor

apresentou um detalhamento das atividades que realiza durante o trâmite dos projetos.

Ao longo da semana foram analisados pela Comissão 296 projetos, com 266 aprovados e 30 indeferidos.

As deliberações são pautadas nas finalidades e nos objetivos previstos na Lei nº 8.313, de 1991, no conteúdo da IN 1/2013 do MinC, nas Súmulas da CNIC e em outros documentos relacionados ao tema. Cabe à bancada do empresariado analisar projetos que se caracterizam pela abordagem de mais de uma linguagem artística ou que tratem da conjunção de ações artísticas e de formação, formatos que não se enquadram nas bancadas que lidam com conteúdos específicos, como no caso de Artes Visuais, Audiovisual, Artes Cênicas, Música, Humanidades e Patrimônio.

Como ocorreu na última reunião, realizada no mês de fevereiro, o volume de projetos foi abaixo da média devido à impossibilidade da Funarte acelerar o processo de análises iniciais pelo fato de ter mudado sua sede recentemente. Tal fato colaborou para que houvesse maior tempo dedicado às discussões sobre a nova IN e para o treinamento dos novos comissários. Sob a responsabilidade de nossa representação foram analisados 17 projetos dos quais destacamos os mais expressivos:

Congado Mirim Transformarte, Pronac 163.269, a ser realizado em Araguari (MG), que trata da formação de um terno de Congado Mirim e do desenvolvimento de cursos relacionados à cultura de matriz africana; Brotas Musical, Pronac 163.404, a ser realizado na cidade de Brotas (SP), que trata de um festival de música instrumental com a participação de grandes nomes, como: Egberto Gismonti, Hermeto Pascoal, Hamilton de Holanda, dentre outros; A Última Espineta, Pronac 164.545, a ser realizado na cidade de Petrópolis (RJ), que trata da produção de um DVD com um documentário que registra a recuperação de uma espineta (instrumento musical), que faz parte do acervo do Museu Imperial de Petrópolis, e um concerto com instrumentos de época, inclusive a espineta recuperada.

Foram sete projetos encaminhados à plenária final, projetos que por sua complexidade e/ou alto custo não cabem receber deliberação monocrática, e também aqueles cuja decisão do comissário contraria a do perito técnico da entidade vinculada responsável pela análise inicial. Um projeto foi encaminhado à plenária por este comissário.

As plenárias são transmitidas ao vivo, em áudio, através de link disponibilizado no site do MinC.

## ■ EDUCAÇÃO/CULTURA

---

### Órgão

Ministério da Cultura (MinC)

### Representação Efetiva

Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC)

### Representante

---



#### Titular

Ricardo Rielo Ferreira

*Gerente Jurídico - Federação Nacional de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares (FNHRBS)*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 8 de março de 2017

A 3ª Reunião Ordinária da Comissão Permanente para o Aperfeiçoamento da Gestão Coletiva (CPAGC) foi realizada com o objetivo de deliberar sobre o critério de significativa representatividade, promovendo o debate sobre a necessidade de mudança do critério de significativa representatividade, constante do artigo 5º da Instrução Normativa nº 3, de 7 de julho de 2015.

O Grupo de Trabalho criado para revisar esse critério foi instado a comunicar a proposta de mudança do artigo. Vanisa Santiago, escolhida para comunicar o consenso ao qual o GT havia chegado, resumiu a proposta: as associações que já integram o Escritório Central somente terão confirmados os seus pedidos de habilitação para o exercício da atividade de cobrança caso possuam titulares de direitos e repertório de obras, de interpretações ou execuções e de fonogramas que tenham gerado distribuição igual ou superior a 0,5% do total distribuído pelo Escritório Central no exercício aos quais se referem os dados e informações constantes da apresentação anual de documentos, prevista no inciso I do artigo 14 do Decreto nº 8.469, de 22 de junho de 2015, sendo excluídos do cômputo os totais destinados a associações estrangeiras. Assim, na habilitação das entidades que já integravam o Sistema de Gestão Coletiva quando do início da vigência da Lei nº 12.853, de 14 de agosto de 2013, será considerado para fins de verificação do critério de significativa representatividade o percentual de 0,5%, aplicável sobre o valor total da distribuição destinada às entidades nacionais, a qual foi aprovada pela CPAGC. Na exposição defendida pelo GT, Vanisa argumentou que deveriam ser retirados do cômputo os valores distribuídos que se referem a sociedade estrangeiras representadas no Brasil. Porque dá uma diferença de 55% e coloca em situação de concorrência prejudicial as sociedades que não representam sociedades estrangeiras, que representam nitidamente interesse apenas do nacional. Conforme destacado na oportunidade, o caput do artigo 5º da IN nº 3/2015 foi mantido. Isso significa que as entidades de gestão coletiva que pretendam habilitar-se para a cobrança de direitos autorais, após a entrada em vigor da Lei nº 12.853/2013, devem se submeter ao critério de 10%. Destacado o desconforto do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) em relação ao estabelecimento de limites percentuais que chancelem ou



não a habilitação de quaisquer associações do sistema de gestão coletiva e revelando o consenso do GT, foi ratificado que a fixação de um percentual mais baixo significou paliativo emergencial para que o sistema de gestão coletiva opere sem os percalços que seriam causados pela exclusão, a partir de 22 de junho de 2017, de cinco das sete entidades hoje legitimadas. Nesse sentido, considerou-se o compromisso do GT e da Comissão para que, no futuro, sejam formulados critérios de significativa representatividade mais efetivos que deem conta da complexidade do sistema. A propósito da exclusão dos valores de distribuição destinados às associações estrangeiras, foi apontada que essa restrição mínima - aplicável tanto às associações já existentes (a partir de 0,5%) quanto às possíveis ingressantes (a partir de 10%) - está aderente ao parágrafo 5º do artigo 97 da Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, segundo o qual "apenas os titulares originários de direitos de autor ou de direitos conexos filiados diretamente às associações nacionais poderão votar ou ser votados nas associações reguladas por este artigo". Aprovada a sugestão de mudança emergencial do percentual mínimo relativo ao critério de significativa representatividade, a reunião passou a abordar uma possível gestão coletiva irregular que estaria sendo praticada no mercado. Para tanto, seria constituído um Grupo de Trabalho a fim de apurar se tal atividade estaria amparada pelo parágrafo 15 do artigo 98 da Lei nº 9.610/1998 ou se tipificaria uma gestão coletiva paralela ao sistema, confrontando-se com o referido dispositivo legal. O colegiado aprovou a criação do GT específico sobre a suposta gestão coletiva ilegal, e manifestaram interesse em compor o grupo os seguintes membros: Clarissa Kede, Guilherme Coutinho, Vanisa Santiago, Victor Drummond, João Carlos Éboli, Ricardo Rielo, Marcel Godoy e Alexandre Negreiros. Rodolfo Tamanaha, da Diretoria de Direitos Intelectuais (DDI/MinC), mencionou a disposição da DDI de conceder a representantes de setores afins e dos outros Poderes (Legislativo e Judiciário) assento na CPAGC e pediu aos membros que colaborassem com sugestões nesse sentido. Instado por Alexandre, Tamanaha indicou que a DDI deve verificar detalhadamente o processo disciplinar do Escritório Central de Arrecadação e Distribuição (Ecad) que resultou na exclusão da Sociedade Administradora de Direitos de Execução Musical do Brasil (Sadembra). A reunião foi encerrada às 17h21.

### Órgão

Ministério da Educação (MEC)

### Representação Efetiva

Fórum Nacional de Educação (FNE)

### Representante

---



Daniele Bernardino Pereira de Sales

*Assessora técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada nos dias 27 e 28 de março de 2017**

No dia 27 de março, o Fórum Nacional (FNE) de Educação, organizado por comissões, se reuniu no Ministério da Educação a fim de discutir as pautas que competiam a cada grupo de trabalho. Para a Comissão de Articulação, Mobilização e Infraestrutura, da qual os representantes das instituições CNI e CNC fazem parte, coube tratar do documento de orientações, especialmente do item relativo ao orçamento da Conae 2018. Foram discutidos, ainda, o monitoramento e o apoio aos fóruns permanentes de educação.

Quanto ao primeiro assunto, foi deliberado que a Comissão apresentaria na reunião do pleno a necessidade de ser definido com brevidade o orçamento destinado à realização do evento, considerando que os prazos estão curtos para as providências.

Em relação ao segundo tema, nenhum encaminhamento foi proposto, considerando que, sem uma definição sobre o orçamento, as demais ações tornam-se inexecutáveis.

No segundo dia de trabalho, 28 de março, o pleno se reuniu sob a seguinte pauta:

1. Apreciação do documento-referência
  - a. processo de trabalho
  - b. estratégias de finalização, divulgação e sistema de relatoria
2. Monitoramento e avaliação do Plano Nacional de Educação (PNE)

O item 1 foi de grande destaque durante a reunião, pois o representante da Capes defendeu que a versão acordada com o MEC não fosse aprovada.

De maneira extraordinária, o coordenador do FNE propôs votação para que os membros decidissem sobre o encaminhamento ou não de aprovação do documento-referência.

Em grande maioria, os representantes decidiram pela aprovação, entendendo que o MEC teve tempo hábil para os apontamentos de supressão e modificação e não o fez; considerou-se ainda que o Regimento Interno do FNE prevê divulgação do documento em questão até o dia 31 de março.

A Comissão de Articulação, Mobilização e Infraestrutura, conforme acordado no dia anterior, submeteu ao pleno a urgência pela definição do orçamento.

O tema Monitoramento e avaliação do PNE não foi tratado.

Encaminhamentos:

Os membros do FNE representantes do Conif, Andifes/Forumdir, Undime e Consed e o coordenador da Comissão de Mobilização, Articulação e Infraestrutura ofereceram os dias 13 e 18 de abril para a reunião de encaminhamento com a Secretaria Executiva Adjunta para tratar dos aspectos operacionais, orçamentários e financeiros da Conae 2018.

## ■ EDUCAÇÃO/CULTURA

---

### Órgão

Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC)

### Representação Efetiva

Plano Nacional Cultura Exportadora

### Representante

---



#### Titular

Daniela Jorge de Brito

*Assessora Técnica da Gerência de Implementação e Integração Educacional do Senac-DN*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 8 de março de 2017**

O Ministro da Indústria, Comércio Exterior e Serviço (MDIC), Sr. Marcos Pereira, apresentou os principais resultados do Plano Nacional da Cultura Exportadora (PNCE) em 2016; assinou compromissos institucionais para o desenvolvimento de ações no âmbito do PNCE com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae); e anunciou acordo de cooperação técnica MDIC/BID e MDIC/Confederação Nacional da Indústria (CNI). Da reunião técnica, além das instituições elencadas acima, participaram também: Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex), Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI), Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (Inmetro), Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Caixa Econômica Federal, Correios e Estados da Federação, onde foi proposta agenda para 2017, apresentadas boas práticas e apresentado tutorial sobre utilização do sistema.

Alinhando a missão ministerial de "aumentar a base exportadora nacional a partir da inserção de empresas brasileiras" à visão do Senac, é relevante aumentar o planejamento e execução de ações institucionais no PNCE nos 16 estados participantes do plano, a partir da oferta de soluções educacionais (consultorias, cursos, workshops, palestras...) presenciais ou EADs, gratuitas ou comerciais, para o trabalho em atividades do comércio de bens, serviços e turismo, de forma a colaborar com: atendimento às mais de 25.500 empresas nacionais exportadoras; melhoria da competitividade do setor; desembaraço, entregas "ponto a ponto", drawback; praças eletrônicas de negócios, redes de acordos bilaterais; financiamento, seguros e contrapartidas para exportação; aumento do percentual de amadurecimento de empresas participantes do PNCE quanto à "promoção comercial" e à "comercialização", especialmente.

## MEIO AMBIENTE

---

### Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

### Representação Efetiva

Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

### Representantes

---



Marco Aurélio Sprovieri Rodrigues  
*2º Diretor Tesoureiro da CNC*

**(Compareceu)**

---



Paulo César Nauiack  
*Vice - Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 15 de março de 2017**

A sessão foi iniciada pelo ministro de Estado do Meio Ambiente, José Sarney Filho, o qual enalteceu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama) como um espaço pautado pela discussão democrática em prol da implementação da política ambiental brasileira.

O ministro acentuou o poder decisório do Conama, reafirmando o compromisso da sua gestão com a Lei Geral do Licenciamento Ambiental, na qual se prevê, dentre outros, a normatização das definições de tipologias de empreendimentos sujeitos ao licenciamento. Deixou claro que o projeto de lei não trata de competências para o licenciamento, pois estas estão na Lei Complementar (LC) nº 140/11. Disse que tem orientado a equipe ministerial a trazer para o Conama os temas centrais da política de meio ambiente, especialmente sobre mudanças climáticas, biodiversidade, resíduos e controle da poluição.

Na tribuna livre, o representante do Movimento Nacional dos Catadores denunciou que a política de resíduos não vem sendo observada pelos municípios e que os serviços de coleta têm destinado aos aterros sanitários lixo e diversos materiais recicláveis. Ressaltou que não se trata de uma política pública apenas para o fechamento de lixões, mas também de inclusão socioprodutiva. Finalizou pedindo empenho do MMA junto aos municípios para que haja a implementação dos planos integrados de gerenciamento de resíduos sólidos.

Com relação à proposta de revisão da Resolução nº 349/2004, que dispõe sobre o licenciamento ambiental de empreendimentos ferroviários de pequeno potencial de impacto ambiental e a regularização dos empreendimentos em operação, destaca-se que a proposta foi pautada na Câmara Técnica de Assuntos Jurídicos

(CTAJ), tendo sido aprovada, com emendas, na 5ª Reunião Extraordinária, em 20 de outubro de 2016.

Houve pedido de vista na 123ª RO, realizada em 9 de novembro de 2016. Patrícia Boson, vice-presidente da Câmara Técnica de Controle Ambiental (CTCA), antes de apresentar a matéria, solicitou a inclusão da Confederação Nacional dos Transportes (CNT) e dos Ministérios dos Transportes e das Cidades na discussão sobre material particulado, tratado anteriormente na plenária.

O conselheiro Tadeu Santos iniciou a exposição sobre a proposta de moção que tratava de apoio às empresas recicladoras. Os conselheiros da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) apresentaram emenda à moção, no tocante ao entendimento de que a logística reversa fosse interpretada como o principal instrumento do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS). Esta interpretação equivocada vem trazendo embaraço aos signatários dos Acordos Setoriais em diferentes fóruns de discussão. A alteração foi incorporada em texto substitutivo à versão original. Moção aprovada com emendas.

Everton Lucero, secretário de Mudança do Clima e Florestas, apresentou informações sobre a estratégia de implementação do Acordo de Paris no Brasil, esclarecendo que tal acordo abre uma agenda de oportunidades para a retomada do crescimento econômico sustentável de baixo carbono, sem perder competitividade, sendo este o desafio climático no longo prazo.

Para o Brasil, o desafio é articular ações nas esferas de governo, condizentes com os compromissos assumidos no nível internacional. Os processos decisórios e as políticas públicas precisam se adaptar à nova tendência. A mudança do clima é, por si, uma agenda transversal, envolvendo meio ambiente, planejamento público e economia. Sobre a estratégia nacional de implementação, destacou que o Brasil é o único país de dimensões territoriais expressivas e em desenvolvimento que se comprometeu a diminuir, em números absolutos, suas emissões.

Assim, as ações prioritárias até 2030 são:

1. zerar o desmatamento ilegal no País;
2. restaurar 12 milhões de ha de florestas;
3. recompor pastagens degradadas em 15 milhões de hectares;
4. aumentar em 5 milhões de ha a área com integração lavoura-pecuária-florestas;
5. ter 45% de participação de fontes renováveis de energia na matriz nacional, sendo 23% de fontes de energia não hídrica (solar, eólica e biomassa);
6. aumentar em 10% a eficiência energética; e
7. aumentar em 18% o uso de biocombustíveis.

Os recursos deverão vir de diferentes fontes: públicas; transferências líquidas de países industrializados; e privadas.

Existe uma oportunidade de aporte de fundos, por parte do setor privado, com a criação de negócios sustentáveis.

## MEIO AMBIENTE

---

### Órgão

Ministério do Meio Ambiente (MMA)

### Representação Efetiva

Grupo de Trabalho para Acompanhamento da Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos

### Representantes

---



#### Titular

Paulo César Nauiack

*Vice - Presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Paraná*

**(Compareceu)**



Cristiane de Souza Soares

*Assessora*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 5 de abril de 2017

A reunião inicial entre o Consórcio Incibra/Inicive/EPB/GEOKLOCK, o Comitê Interministerial e GT-01 teve por objetivo a assinatura da Ordem de Serviço por Jair Vieira Tannus Junior, secretário de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, que marcou a vigência do contrato com o consórcio.

Caroline Pertussatti, do Ministério do Meio Ambiente (MMA), gestora do contrato e ponto focal para o fluxo de informações, apresentou a contextualização de todo o processo de atividades desde o Termo de Referência até a assinatura do contrato, incluindo o cronograma de reuniões com o Grupo Técnico de Acompanhamento da Revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos.

Raquel Breda dos Santos, do Departamento de Produção e Consumo Sustentável (DPCS/MMA), expôs sua opinião ressaltando a importância do projeto, o qual pode servir de subsídio para o País relatar à Organização das Nações Unidas (ONU) os avanços e as metas nos compromissos referentes a ODS assumidas pelo governo brasileiro.

Heliana Kátia T. Campos, presidente do Serviço de Limpeza Urbana (SLU/DF) e representante da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental (ABES), apresentou dúvidas com relação à primeira versão do Plano e questionou sobre a responsabilidade pelas metas e submetas regionais e dos consórcios e os mecanismos para acompanhamento e controle social na elaboração do Plano. Sugeriu que se considere o Sistema Nacional do Meio Ambiente (Sisnama) na distribuição dessas atribuições, de forma semelhante ao Sistema Único de Saúde (SUS), na Saúde, ou na Educação, com sistema em que o

acesso aos recursos seja dado apenas se forem cumpridas as exigências mínimas em cada nível de governo.

Sérgio Cotrim, do Ministério das Cidades (MCidades), questionou como será o diálogo com o Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab), mostrando preocupação também com a repactuação dos prazos para erradicação dos lixões. Tal questionamento foi respondido por Eduardo Rocha, o qual destacou que um dos objetivos do GT-01 é auxiliar a compatibilização do Plano com as demais políticas e planos.

Victor Zveibil, coordenador da revisão do Plano Nacional de Resíduos Sólidos (PNRS), afirmou que o projeto vai abarcar estudos econômicos, ressaltando a importância de levar em consideração a cobrança pela coleta para lidar com os custos do manejo de resíduos sólidos, especialmente dos grandes geradores, e também avaliar a economia circular como oportunidade para as empresas na redução de custos de geração e de logística reversa.

Liciana Alice Nascimento Peixoto, da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), comentou a diferença entre regiões e entre municípios, afirmando que devem ser adotadas metas distintas para as diferentes realidades do Brasil.

Gilmar Dominici, da Associação Brasileira de Municípios (ABM), reforçou a priorização de ações para os consórcios, são mais de 160 consórcios que reúnem 2.500 municípios.

Heliana Kátia T. Campos afirmou que, sem cobrança, o sistema não funciona, destacando a necessidade de democratização da taxa de cobrança. Registrou a necessidade de derrubar mitos quanto ao total dos valores necessários para solucionar as questões de disposição final dos resíduos, lembrando que, de acordo o Plansab, o valor necessário corresponde a 4,5% do total previsto para o setor do saneamento básico.

Gilberto Werneck, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), informou que, na primeira versão do Plano, foram levados em consideração dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e questionou como será nesta versão.

O coordenador, Victor Zveibil, respondeu que, neste trabalho, serão utilizados somente dados secundários, buscados nas diversas bases de dados existentes, inserindo trabalhos estatísticos, comparando o Ipea com as demais bases de dados. Destacou ainda a importância do ICMS Verde, como exemplo dessa vinculação.

Virgínia Maria Jorge, da Fundação Nacional de Saúde (Funasa), comentou a respeito do incentivo no Estado de São Paulo para aterros de pequeno porte, referenciados na norma ABNT 15.849. Luiz Antônio Garcia Corrêa, da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente (Abema), citou a experiência em Santa Catarina que conseguiu eliminar os lixões mediante parceiros privados e consórcios.

## 2. Encaminhamentos



Enviar ao GT-01 o Termo de Referência da contratação da consultoria.

## MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE

---

### Órgão

Presidência da República (PR)

### Representação Efetiva

Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte

### Representantes

---



#### Titular

Adelmir Araújo Santana

*Vice-Presidente da CNC*

---



#### Suplente

Antonio Everton Chaves Junior

*Economista*

*Divisão Econômica da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 23 de março de 2017

1ª Plenária do Fórum Permanente das MPEs

No dia 23 de março de 2017, foi realizada a 1ª Reunião Plenária do Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (MPEs) no Anexo 1 do Palácio do Planalto. O público presente lotou o auditório, contando com representantes das entidades participantes do Fórum, autoridades, órgãos públicos, empresas e imprensa.

A mesa de abertura da 1ª Reunião Plenária foi composta pelo secretário executivo que substituiu o Ministro do MDIC, Marcos Jorge; mais o Secretário da Secretaria da Micro e da Pequena Empresa, José Ricardo; o Deputado da Frente Parlamentar das MPEs no Congresso Nacional, Jorge Mello; e Afif Domingos, Presidente do Sebrae Nacional.

Marcos Jorge fez as boas-vindas, começando sua participação apresentando estatísticas a respeito do segmento das MPEs de modo a salientar a importância destas empresas. Em linha com os acontecimentos atuais, destacou que as MPEs são menos sensíveis ao desemprego do que as médias e grandes empresas. Adicionou o esforço do Governo Temer em reativar a produção do País. Uma das formas é através do rearranjo dos órgãos públicos, como a passagem da Secretaria da MPE para o MDIC.

O secretário executivo reforçou a importância do Fórum, dos fóruns estaduais, e a abrangência das políticas que estas instâncias alcançam no território nacional, o que pode fortalecer o setor produtivo através do MDIC.

Já o deputado Jorginho Melo falou da sua expectativa com o retorno do Fórum para a defesa das empresas, visto que encontrava-se desativado desde 2014. Afirmou que pouco se faz pelas MPEs e que o Fórum poderia ser exceção. Neste sentido, garantiu que o Governo é inimigo das MPEs, com ações que sufocam e tiram sustentabilidade, como, por exemplo, a substituição tributária.

Acrescentou que foram as MPEs que seguraram a crise econômica, uma vez que as grandes empresas possuem maior facilidade para demitir. Criticou a burocracia que impede que o crédito chegue até o microempresário. Para o sucesso do Fórum, o apoio do MDIC é fundamental.

Afif Domingos saudou a plateia fazendo uma metáfora de que o Fórum é uma voz que reverbera as reivindicações do segmento, mostrando também avanços e ações. Lembrou as vantagens com a mudança na Lei Geral, a importância das compras públicas como sendo excelente instrumento para o desenvolvimento local. Também citou o que vem sendo feito em favor da desburocratização com a Redesim e a Rede Simples, através de um esforço muito grande do País em mudar. Neste sentido, mencionou a pesquisa do Doing Business, a qual mostra que o Brasil é um País muito burocrático em relação a outros.

Afif decorreu alguns minutos falando sobre o Programa Senhor Orientador, onde pessoas com mais de 60 anos e com larga experiência bancária e com crédito orientado atuam junto aos demandadores deste tipo de crédito, fazendo as avaliações de risco, bem como prestando assessoria aos empreendedores. Afif também pontuou sua fala com algumas citações importantes para o segmento das MPEs, como a redução da burocracia e a maior agilidade com o risco do licenciamento, uma vez que mais de 90% dos estabelecimentos não oferecem alto risco, tampouco necessitam do alvará dos Bombeiros antes de começar a atividade. Outro ponto foi chamar atenção para o Fundo de Aval no caso de o empreendedor não dispuser de garantia real sobre o empréstimo. Aqui o Sebrae entraria através deste Fundo.

Por fim, assistimos a apresentação de José Ricardo, Secretário da Sempe, cujas anotações mais relevantes ficam para o material que foi distribuído naquela plenária. José Ricardo falou sobre o regimento, o novo logotipo do Fórum, a expectativa da Sempe quanto ao Fórum, a sua atuação, missão, estratégia, entre outras coisas. O Decreto nº 8.364, de 17 de novembro de 2014, estabeleceu o regimento do Fórum Permanente. Ressaltou o desafio de fazer o Fórum evoluir nos seus trabalhos para que as políticas alcancem as bases.

A estrutura do Fórum foi mantida; as plenárias serão semestrais, enquanto as reuniões ordinárias, bimensais; o mandato do representante é de dois anos, e a iniciativa privada dividirá a coordenação do comitê temático com o Governo. Depois abriu a palavra para a plateia. As Confederações tiveram a oportunidade de se manifestar. Quanto à definição do local das próximas reuniões e quando começarão os trabalhos dos comitês temáticos, apesar dos anseios, somente será possível saber após a Sempe se manifestar depois que compilar as informações dos questionários que foram preenchidos durante o evento.

## **Reunião realizada no dia 07 Abril de 2017**

A Confederação Nacional da Micro e Pequena Empresa (Conampe reuniu, em Curitiba, aproximadamente 250 pessoas para participar da XIV Convenção Nacional da Micro e Pequena Empresa. O seminário contou com a presença do deputado federal Luiz Carlos Hauly (PSDB-PR), relator da reforma tributária no Congresso Nacional.

Durante a sua participação, Luiz Hauly, especialista no assunto, deu uma verdadeira aula de política fiscal e tributária, apresentando a sua proposta para o público. De positivo, a proposta de reforma tributária não mexe com o Sistema S. O deputado acredita que, se conseguir aprovar suas ideias, o Brasil voltará a crescer, porque os princípios são de progressividade na cobrança dos impostos, simplificação da regulamentação dos impostos e fim da guerra fiscal do ICMS.

Para ter apoio da sociedade, ele prega a criação do IVA (Imposto sobre Valor Agregado), extinção do IOF, ICMS, ISS, IPI e Cofins; e quer alíquota zero para alimentos e remédios, o que pode beneficiar milhões de empresas desses segmentos. No todo das suas ideias, propõe ainda imposto monofásico sobre oito itens-produtos (energia elétrica, cigarros e bebidas, combustíveis, comunicação, veículos,

eletroeletrônicos e eletrodomésticos, pneus, saneamento, autopeças e armas de fogo.

Na percepção de Luiz Hauly, com as suas propostas, os entraves e a burocracia seriam removidos, enquanto o poder delegado aos agentes públicos com a criação de um órgão público, a SuperReceita, se encarregaria de mitigar as pressões para que o sistema que prega não vingue.

O anfitrião deu início ao evento enfatizando a disposição da Conampe de apoiar as reformas pretendidas pelo País.

Além disso, Santinoni disse que 19 dos 27 Estados brasileiros faziam-se presentes por meio de representantes, visitantes ou estudantes.

Destacou a presença do ex-deputado federal e ex-vice Orlando Pessutti, grande desfraldador da causa da micro e da pequena empresa, também. Ainda durante a sua fala de boas-vindas, Santinoni manifestou-se a favor das reformas que o País necessita realizar. Assim, apoia a terceirização, bem como a privatização de muitos serviços públicos. Além disso, ressaltou a importância das reformas da Previdência, política, tributária e trabalhista para que a economia brasileira possa vir a alavancar sua produção de maneira sustentada.

Criticou o alto custo do fator trabalho para a empresa, a burocracia que atravanca os negócios e manifestou apoio à crescente formalização de novos empreendimentos. Por fim, lembrou que a Conampe, a partir deste ano, passa a fazer parte do Conselho do Sebrae Nacional e que, através das afiliadas, fará parte dos Conselhos Estaduais.

A gestão do evento inovou. Trouxe como palestrantes motivacionais um conjunto de rock, cujo líder, Fabiano Brum, fazia interlocuções com a plateia

sobre negócios e também tocava músicas famosas e muito conhecidas. No final, o palestrante Ricardo Neves incorporou alguns personagens como Winston Churchill, ex-premier inglês durante a II Guerra Mundial, e Peter Ducker, autor de livros na área de gestão do conhecimento, empreendedorismo e inovação.

Como entidade parceira da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC) no Fórum Permanente das Microempresas e Empresas de Pequeno Porte em Brasília e na elaboração de projetos e trabalhos em favor do segmento, a Conampe nos concedeu alguns minutos para que participássemos do painel sobre o associativismo como indutor do desenvolvimento das MPEs. Na ocasião, reiteramos a importância dos conteúdos daquele evento para a capacitação das pessoas. Também falamos a respeito da conjuntura atual e do que esperamos para 2018. Encerrando nossa fala, colocamos à disposição as pesquisas que são realizadas pel

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES)

### Representação Efetiva

Conselho Executivo do Estudo Técnico da Internet das Coisas (IoT)

### Representante

---



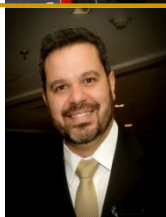
#### Titular

Renato Opice Blum

*Advogado*

(Compareceu)

---



#### Representante Observador

Cristiano Ramos Costa

*Assessor*

*Assessoria de Gestão das Representações da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 30 de março de 2017

A última reunião do Comitê Executivo teve como pontos principais:

Atualizar acerca do andamento do estudo;

Expor sobre as frentes regulatória e estratégica do estudo; e

Apresentar os próximos passos para a continuidade do estudo.

Alexandre Montoro apresentou novo formato com material enviado e fez *overview* do projeto novamente em cima dos *slides* enviados previamente pela Monique;

Daniel e Ramon, do escritório Pereira Neto, disseram que apresentariam um *overview* regulatório global.

#### Agenda:

Frente regulatória:

Expostas as sete diferentes frentes de análise da primeira fase.

Foi apontado que aplicações IoT e M2M não são serviços de Telecom e que existe uma dificuldade muito grande para afastar essa caracterização. Apontada também a possibilidade de enquadramento como revenda de serviço de telecomunicações.

Empacotamento de soluções de IoT com conectividade

Informe nº 666/2009 - PVCPR/PVCP da gerência de comunicações pessoais terrestres e ofício nº 399/2010

Risco de consideração de prestação irregular

Importância da Agência se posicionar quanto à aplicabilidade do entendimento do informe nº 666/2009

Posteriormente, o representante da ANATEL esclareceu sobre o RFID não ter regulação

Uso do espectro de radiofrequência

Utilização do serviço de SMP

Implementação de solução própria

Exploração industrial do espectro

Proibição do *roaming* internacional permanente/ regulação da utilização de *embedded* SIM

Necessidade de uma lei de proteção de dados

Anatel - Circular 43/2012

Conclusões gerais preliminares:

Necessidade de reavaliação da regulamentação da Anatel;

Regulamentação do padrão eSIM pela Anatel;

Aprovação de uma lei geral de proteção de dados pessoais e a criação de uma autoridade para isso;

Atuação dos órgãos relacionados para prevenção e estímulo às melhores práticas em IoT; e

Aprovação de um marco regulatório geral adequado e coerente para a operação de Vants.

Agenda:

Frente Estratégica:

Apontada a necessidade de incluir o Estado como usuário e não somente como regulador;

Possibilidade de participação nas audiências públicas sobre o PL de proteção de dados;

Miriam é responsável pela estratégia digital no MCTIC; e

Montoro, citando principais países, destaca a liderança dos principais países em quatro quadrantes:

Papel ativo;

Formador do ecossistema;

Elaborador de diretrizes e investimentos em áreas-foco; e

Baixo envolvimento.

A importância da CNC e da CNI, em participar, inclusive no âmbito internacional, foi ressaltada - ex. manufatura avançada.

O processo de construção da aspiração do Brasil em IoT contará com as seguintes etapas finais:

1 - Escolha de dois atributos adicionais;

2 - Ordenamento dos atributos por importância;

3 - Definição de proposta de frase para a Aspiração em IoT para o Brasil; e

4 - Envio de considerações através de meio digital.

A contribuição do Comitê Executivo na construção dos atributos seria:

Competitividade;  
Sociedade conectada e participativa;  
Inclusão social;  
Cadeia produtiva local; e  
Desafios locais.

Foram apresentadas as próximas datas destinadas às reuniões de estudo.



## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação Efetiva

Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (CTPAT)

### Representantes

---



#### Titular

Fernando Luiz Marçal Monteiro

*Assessor Jurídico*

*Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo*

**(Compareceu)**

---



#### Suplente

Wilson Vettorazzo Calil

*Presidente*

*Sindbares/Abrasel-ES*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 15 de março de 2017

A reunião teve a coordenação da Sra. Eva Patrícia Gonçalves Pires, Diretora do Departamento de Segurança e Saúde no Trabalho (DSST) e Presidente da Comissão Tripartite do Programa de Alimentação do Trabalhador (CTPAT). Foram apresentados os nomes da nova equipe de Coordenação do Programa junto ao Ministério do Trabalho, a saber, além da Sra. Eva, a Sra. Viviane de Jesus Forte, Coordenadora Geral de Fiscalização e Projetos; Sr. Serafin da Silva Neto, Chefe de Divisão do PAT; e Sr. Fernando César da Mata Reis, Auditor Fiscal e integrante da equipe. Foi discutida, retificada e assinada a ata referente à 54ª Reunião Ordinária da CTPAT. O professor José Afonso Mazzon fez a apresentação de seu trabalho "40 anos do Programa de Alimentação do Trabalhador - Conquistas e desafios da política nutricional com foco em desenvolvimento econômico e social". O Sr. Nicolino, representante da CNF e Coordenador da Bancada Patronal, esclareceu que, segundo novo encaminhamento consensual das bancadas patronal e de empregados, a proposta de reformulação do Programa de Alimentação do Trabalhador (PAT) deverá seguir a via legislativa, no que tange à expansão do programa para as empresas do Simples e às de Lucro Presumido, apoiando ou apresentando projetos de lei. Já no que se refere ao aprimoramento da legislação, as propostas serão encaminhadas e discutidas conjuntamente pelas bancadas na própria CTPAT. Finalmente, quanto ao sistema de pagamento via celular, como documento de legitimação, apresentado pela empresa Tá Pago Produtos Digitais S.A, ficou estabelecido caber à CTPAT analisar somente a adoção de novas tecnologias, não cabendo a ela credenciar empresas.

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação Efetiva

Conselho Nacional de Imigração (CNIg)

### Representantes

---



#### Titular

Marjolaine Bernadette Julliard Tavares do Canto

*Chefe*

*Assessoria Junto ao Poder Executivo da CNC*

(Compareceu)



#### Suplente

Roberto Luis Lopes Nogueira

*Advogado –*

*Divisão Sindical da CNC*

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 14 de março de 2017

Na abertura da II Reunião do CNIg de 2017, Hugo Medeiros Gallo da Silva se apresentou como novo Presidente do Conselho Nacional de Imigração (CNIg), em substituição a Paulo Sérgio de Almeida, cumprimentando a todos e fazendo uma pequena apresentação de suas intenções como Presidente do Conselho, que se resume a dar continuidade ao trabalho que já vem sendo realizado.

Em seguida, o Coordenador do CNIg, Luiz Alberto Matos dos Santos, propôs que na próxima Reunião Ordinária do CNIg, no dia 11 de abril de 2017, seja realizada uma homenagem a Paulo Sérgio de Almeida, que ocupou o cargo da Presidência do Conselho por 10 anos. Proposta aplaudida pelo CNIg.

Logo após a abertura, o novo Presidente do CNIg aprovou a ata da I Reunião Ordinária do CNIg de 2017 e a agenda provisória, dando início aos relatos dos Grupos de Trabalho (GT):

"Análises dos novos fluxos migratórios ao Brasil":

O representante do Ministério Público Federal (MPF), João Akira Omoto, relatou sobre a Missão a Roraima, para tratar da situação dos venezuelanos no Brasil, realizada em março de 2017, composta por um grupo de representantes da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC/MPF), do CNIg, da Defensoria Pública da União (DPU), do Ministério Público do Trabalho (MPT) e um coletivo de organizações da sociedade civil que se reuniram com algumas autoridades locais de Roraima e Pacaraima, e tiveram a nítida impressão de uma enorme falta de boa vontade por parte das autoridades locais com vistas ao abrigo dos venezuelanos imigrados naquela região, inclusive o Município de Pacaraima entrou com algumas medidas protetivas para não cumprir com o abrigo e alimentação desses imigrantes.

Em seguida, Akira explanou que no dia da Missão havia 137 indígenas venezuelanos na fronteira, o que preocupa, visto que esses imigrantes na situação de indígenas são indocumentados, salientou o relator que a Funai acenou com o registro de nascimento desses indígenas, o que até o presente momento não é consenso dentro da própria Funai.

Ainda, durante a Missão, foi visto que tanto os venezuelanos quanto os indígenas vêm para o Brasil por curtos períodos e retornam para suas residências depois de acumular bens, os mais variados.

Dando continuidade, Akira enfatizou a importância do abrigo, e para que isto aconteça é fundamental o apoio do Governo Federal, por meio da Casa Civil, que fará a intermediação com os diversos Órgãos Federais.

Observou também o relator que há um elevado nível de discriminação e xenofobia por parte da população, e que até aquele momento, apesar da xenofobia, não havia notícia de criminalidade por parte dos venezuelanos, acrescentando que, de acordo com informações, o Estado de Roraima cresceu em 2016, por conta das trocas com a imigração venezuelana.

Outra questão importante abordada pelo relator diz respeito aos baixos salários ofertados aos trabalhadores venezuelanos, pois, como estão indocumentados, às vezes lhe são ofertados a metade do salário mínimo brasileiro. Disse ainda que uma minoria desses imigrantes está se dirigindo a Manaus em busca de melhores salários.

Após sua fala, o representante do Departamento da Polícia Federal (DPF), Alexandre Rabelo Patury, relatou que o Posto Policial em Pacaraima lida com dificuldades diversas, como falta de energia por aproximadamente quatro horas diárias; e internet extremamente deficitária.

Esses são alguns dos motivos que prejudicam o atendimento do Posto Policial. Pensou-se em adquirir um gerador, só que não existem postos de combustíveis em Pacaraima, e a Polícia Federal não pode comprar gasolina na Venezuela, como é feito por toda a população, tendo em vista que o preço do combustível é bem inferior.

Outro ponto, acrescentado pelo relator, foi o quantitativo de aproximadamente 450 indígenas que não foram deportados e aguardam as decisões administrativas. Quanto ao Fórum de Participação Social (FPS), o GT analisou todas as propostas apresentadas no I Diálogo de Participação Social, coube à Representante da CNC discorrer sobre as demandas do Eixo I: "Processo contínuo de construção da política migratória: diálogos entre o CNIg e sociedade civil", tema sob sua responsabilidade durante o Fórum, onde esteve à frente como moderadora. (A íntegra do documento encontra-se disponível para consulta na Assessoria junto ao Poder Executivo.)

Dentre os assuntos discutidos, ficou decidido que, além da reunião realizada pelo GT, o documento deveria ser novamente revisado, por conter algumas propostas que fogem à competência do CNIg. O Representante do Ministério do Trabalho (Ministério do Trabalho), Rinaldo Gonçalves de Almeida, se propôs a fazer essa revisão, o que foi prontamente acatado pelo Conselho.

Em seguida, passou-se para assuntos diversos.

Resolução Administrativa nº 14/2017 - Disciplina a participação de Observadores nas reuniões do Conselho Nacional de Imigração - prorrogação de mandato

O CNIg aprovou a Resolução Administrativa nº 14, de 14 de março de 2017, que "Disciplina a participação de Observadores nas reuniões do Conselho Nacional de Imigração", ficando revogadas as Resoluções Administrativas nº 12, de 8 de março de 2016, e nº 13, de 13 de dezembro de 2016, tendo validade de um ano, entrando em vigor a partir da data de sua publicação (28 de março de 2017).

## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação Efetiva

Grupo de Trabalho Confederativo sobre o eSocial

### Representantes:

---



#### Titular

Antônio Lisboa Cardoso

*Advogado*

*Divisão Sindical da CNC*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 9 março de 2017

##### Desenvolvimento:

O representante do Ministério do Trabalho abriu a reunião dando boas-vindas aos presentes e destacando a fase de estabilidade em que se encontra o projeto e, em consonância, de afinidade e coesão da sua equipe de desenvolvimento. Na sequência, apresentou o novo representante do INSS no Comitê Gestor do eSocial, Tiago Maciel, que doravante, em substituição a Janaína, desempenhará essa função no projeto.

Informou que a expectativa é a de que seja cumprido o cronograma de implantação do eSocial. Em março, será iniciada a homologação remota dos primeiros eventos do eSocial pelas empresas-piloto e por representantes do Grupo de Trabalho (GT) Confederativo, que será realizada em polos do Serpro e da RFB em diversos Estados da Federação.

Para facilitar e tornar mais eficiente o trabalho de homologação foi instituído no âmbito do GT das empresas-piloto um subgrupo de trabalho com a finalidade de criação de cenários de testes e alimentação da base de dados para a homologação. A representação do GT Confederativo pleiteou acesso e participação nesse trabalho, bem como o compromisso de inclusão de seus representantes nos testes, mesmo que o processo de formalização deste pleito não seja concluído a tempo. Além disso, foi solicitada a disponibilização de um canal de comunicação institucional para suporte nas homologações dos sistemas governamentais e dos sistemas privados, também com o intuito de tornar mais efetivo o trabalho de homologação.

Pelo representante da RFB foi apresentada proposta de nova configuração e ampliação do grupo de empresas-piloto (incluídos os representantes do GT Confederativo). A proposta compreende:

- 1) diversificação das áreas de atividade das empresas representadas;
- 2) identificação do projeto em que a empresa será colaboradora;
- 3) definição dos direitos e deveres dos envolvidos; e

4) indicação do responsável, bem como dos representantes de cada empresa-piloto (houve sugestão de que os representantes sejam indicados por projeto).

As diretrizes da proposta serão encaminhadas à representação do GT Confederativo até o dia 17 de março de 2017, para análise e sugestões de aperfeiçoamento. Será também compartilhada com o grupo de empresas-piloto com a mesma finalidade.

Quanto ao sistema de qualificação cadastral, o representante do INSS informou que já houve a sincronização de todas as bases de dados, o que o tornou mais eficaz. No entanto, embora o sistema tenha sido bastante aperfeiçoado, o que foi reconhecido por todos, dois problemas foram relatados: a) persistem situações de inconsistências (relativas à migração de dados), ainda que a solução seja relativamente ágil e simples (serviço de atendimento 135); e b) remanescem alguns casos de inconsistências que não são resolvidos pelo serviço de atendimento, para os quais deveria ser disponibilizado canal específico para encaminhamento e atendimento destas situações.

Sobre o último item, a representação do GT Confederativo se dispôs a fazer o levantamento das situações não resolvidas pelo canal 135 e encaminhá-lo aos representantes do Comitê Gestor, com destaque para a representação do INSS, com a finalidade de identificar e viabilizar a solução do problema na migração dos dados.

Foi levantada a necessidade de evolução da especificação do evento "Processo Trabalhista" para propiciar a substituição da GFIP. O representante do Ministério do Trabalho salientou que, conquanto não haja ainda definição da data de substituição das obrigações acessórias, há grande preocupação a respeito deste tema por parte de todos os entes envolvidos. Ponderou, contudo, que essa preocupação não deve atrapalhar o andamento do projeto, visto que a substituição das obrigações será um processo natural, ante o perecimento do seu objeto.

Foram aventados vários temas sensíveis ao projeto, entre eles a publicidade negativa do módulo empregador doméstico e o descrédito que ela acarreta ao eSocial. Seria importante e oportuna uma publicidade positiva para conquistar a confiança da população (meios de comunicação de massa), considerando, sobretudo, o patrocínio do Governo Federal ao projeto. Houve depoimentos a respeito da grande desinformação da população sobre o tema e o representante do MTb e da RFB ressaltaram a necessidade de apoio do GT Confederativo nesse processo de informação e divulgação do projeto. Todos reconheceram que a comunicação hoje é um ponto crítico do projeto.

Sobre os perfis de acesso ao eSocial, o representante do Ministério do Trabalho fez um breve relato sobre a proposta apresentada pelo grupo de desenvolvedores, que seguiu as seguintes premissas: a) os perfis de acesso serão destinados apenas aos prestadores de serviços externos à empresa; e b) o módulo web não comportará perfis diferenciados.

Mencionada proposta será encaminhada juntamente com a ata desta reunião aos representantes do GT Confederativo para críticas e sugestões até o dia 24 de março de 2017, no e-mail margarida.almeida@mte.gov.br. Grupo específico de desenvolvedores se reunirá em 31 de março de 2017 para analisar as sugestões e, se aprovadas, iniciar as especificações.

Sobre o EFD-REINF, o representante da RFB informou que será publicada em breve uma nova versão do leiaute sem alterações substanciais e que o cronograma de homologação e a disponibilidade do ambiente restrito de produção observarão os prazos estabelecidos para o eSocial. A representação do GT Confederativo salientou que ainda existem, no leiaute, pontos mal resolvidos, o que gera insegurança, sobretudo em razão do exíguo tempo disponível antes da implantação. Foi sugerida a adoção de uma estratégia mais agressiva para superação desse impasse.

Duas ações concomitantes foram traçadas: a) facilitar o canal de comunicação do grupo com o responsável pelo leiaute (Kruger), que deve ser o ponto focal de todas as demandas; e b) estabelecer agenda de encontros regulares (quinzenalmente), em São Paulo, até o ajuste de todas as questões pendentes. As novas versões do leiaute e do manual deverão ser encaminhadas para o GT até a próxima semana.

A nova versão do leiaute do eSocial será publicada em breve. Trata-se de versão destinada apenas à correção de erros pontuais, em conformidade com o pactuado. Os representantes do GT Confederativo reiteraram que deve haver sincronia no repasse de informações para o GT de empresas-piloto e do GT Confederativo.

#### Encaminhamentos

1) O representante da RFB fará o encaminhamento da proposta de disponibilização de um canal de comunicação institucional para suporte nas homologações dos sistemas governamentais e dos sistemas privados, com o intuito de tornar mais efetivo o trabalho de homologação, bem como de inclusão de representantes do GT Confederativo nas homologações remotas.

2) O representante da RFB encaminhará aos representantes deste GT Confederativo as diretrizes da proposta de reestruturação do grupo de empresas-piloto até o dia 17 de março de 2017, para análise e sugestões de aperfeiçoamento.

3) O representante do Ministério do Trabalho encaminhará a proposta referente aos perfis de acesso apresentada pelo grupo de desenvolvedores aos representantes do GT Confederativo para análise, críticas e sugestões até o dia 24 de março de 2017. A comunicação deverá ser estabelecida pelo e-mail margarida.almeida@mte.gov.br.

4) O representante da RFB promoverá a comunicação dos representantes do GT Confederativo com o responsável pelo leiaute do EFD-REINF(Kruger), com o propósito de estabelecer agenda de encontros regulares em São Paulo (periodicidade quinzenal), até o ajuste de todas as questões pendentes do projeto. As novas versões do leiaute e do manual deverão ser encaminhadas ao GT até a próxima semana.

5) A representante do GT Confederativo encaminhará aos representantes do Comitê Gestor, com destaque para a representação do INSS, o levantamento das situações não atendidas pelo canal 135, com a finalidade de identificar e viabilizar a solução do problema na migração dos dados do sistema de qualificação cadastral.



## ■ RELAÇÕES DO TRABALHO

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação Efetiva

GT - Trabalho Análogo ao de Escravo

### Representantes:

---



#### Titular

Antônio Lisboa Cardoso

*Advogado*

*Divisão Sindical da CNC*

(Compareceu)

---



#### Suplente

Inez Balbino Petterle

*Advogada*

*Divisão Sindical da CNC*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 2 de março de 2017

O Ministro do Trabalho, Sr. Ronaldo Nogueira, deu início aos trabalhos agradecendo a presença de todos e apresentou as informações necessárias, solicitando que cada membro do Grupo de Trabalho (GT) se pronunciasse, esclareceu aos presentes que o trabalho do GT deve ser iniciado pela discussão e elaboração de critérios para estabelecer seu funcionamento.

O coordenador, Sr. Admilson, ressaltou a importância da reunião, evidenciando que o GT tem como desafio tornar encontros dessa natureza um momento para discussão ampla e participativa, podendo contar com a participação de representantes de outros órgãos e entidades da sociedade civil, conforme previsto no art. 4º da Portaria nº 1.429/2016. Ressaltou a importância de se definir datas, duração, metodologia, macrotemas e canais de comunicação entre os membros do GT.

### Deliberações

A próxima reunião será no dia 15 de março de 2017 às 9h30. A coordenação deverá apresentar na próxima reunião uma proposta de cronograma de reuniões, observando o interstício máximo de dez dias entre elas, que deverão se realizar preferencialmente entre a terça-feira e a quinta-feira de cada semana.

Conforme o art. 4º da Portaria nº 1.429/2016, pode ser convidada qualquer entidade pública ou privada que possa contribuir com os trabalhos do GT.

Os participantes do GT deverão apresentar até o dia 10 de março de 2017 à coordenação do grupo sugestões de temas (macrotemas) e metodologia, para o

desenvolvimento dos trabalhos do grupo. Enviar sugestões para o e-mail [glauber.silva@mte.gov.br](mailto:glauber.silva@mte.gov.br).

Será criado um e-mail para receber as propostas e deliberações.

Na próxima reunião do GT, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) fará uma exposição sobre a lista, com foco nos critérios de inclusão e exclusão na mesma e os principais pontos do regramento atual.

Será deliberado na próxima reunião sobre a metodologia de trabalho e a relatoria do GT, sendo reiterado pelas Confederações Patronais que fosse observado o critério do tripartismo em conformidade com a Convenção 144, da OIT.

### **Reunião realizada no dia 15 de março de 2017**

A pauta da reunião era para definir a metodologia do trabalho do grupo, bem como o calendário, mas não avançamos pelos impasses surgidos entre a CUT e o Ministério Público do Trabalho (MPT).

As Confederações Patronais pleitearam o tripartismo, a organização da agenda e o avanço da reunião.

O MPT entende que a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo (Conatrae) é o órgão competente para deliberar sobre o assunto e não o presente GT.

A CUT pleiteou o ingresso de outros integrantes do grupo dos empregadores, o que foi recusado por todos.

O representante do Ministério do Trabalho (MTb), Sr. Adilson, não acatou o pleito da CUT e do MPT, mas foi favorável ao tripartismo, no entanto, diante das divergências apontadas, sugeriu reuniões menores, com um representante de cada bancada, para avançarmos nos trabalhos.

Uma nova reunião foi marcada para o dia 23 de março de 2017 às 9h30.

### **Reunião Ordinária realizada no dia 23 de março de 2017**

O representante da CUT, Fábio Tibiriçá Bom, trouxe inicialmente aos trabalhos da reunião a manifestação contrária da entidade em continuar participando do Grupo de Trabalho (GT), por não reconhecer a legitimidade do "Governo Golpista".

As entidades patronais solicitaram que os trabalhos do GT se limitassem às questões de interesse das respectivas bancadas, sem adentrar nas questões políticas, por fugir aos objetivos para os quais o GT foi instituído.

Dando continuidade aos trabalhos, o Coordenador do GT apresentou os macrotemas sugeridos pelos integrantes do Grupo, havendo concordância em relação aos temas 1, 2 e 3, com algumas sugestões acatadas:

Do Grupo 1 – Efeitos Sociais do Cadastro do Trabalho Escravo

Foi sugerido alterar o último tópico para Posicionamento dos organismos internacionais (OIT e ONU) e principais medidas coercitivas "sobre" o combate ao trabalho escravo no mundo (antes constava medidas coercitivas "para" o combate ao trabalho escravo no mundo).

#### Do Grupo 2 - Efeitos Econômicos do Cadastro do Trabalho Escravo

Foi sugerido alterar o item 2, "Recomendar aos agentes econômicos na cadeia produtiva para prevenir sanções econômicas impostas: dimensão das cadeias produtivas, razoabilidade do alcance do monitoramento pelos agentes econômicos e experiências internacionais".

A proposta original constava: "Responsabilidade dos agentes econômicos (...) e sanções econômicas impostas..." (substituir: "Responsabilidade" por "Recomendação" e "sanções" por "prevenção").

#### Do Grupo 3 - Critérios Formais a Serem Obedecidos

Foram mantidos os tópicos inicialmente propostos sem divergência.

#### Grupo 4 - Conceitos Jurídicos a Serem Discutidos

Concentrou maior parte dos debates, tendo em vista a posição radical do representante do Ministério dos Direitos Humanos com apoio do MPT, que opinavam pela exclusão dos temas, por entenderem que fogem aos objetivos do GT.

Com muito esforço, a bancada dos empregadores conseguiu aprovar a proposta para "sobrestar" os temas até a manifestação conclusiva da OAB, autora das proposições e que estava ausente à reunião.

#### Grupo 5 - Garantias Constitucionais a Serem Observadas na Elaboração do Cadastro

Foram mantidos os tópicos conforme proposto inicialmente.

Sobre a metodologia: aprovado o tripartismo conforme recomendação da OIT/Convenção 144.

Aprovação das proposições: por consenso, ou votação, na eventualidade de inexistência de consenso.

Na próxima reunião serão debatidos os demais tópicos da parte II (Metodologia), agendada para o dia 4 de abril de 2017.

**O Grupo de Trabalho instituído pela Portaria nº 1.429, de 16 de dezembro de 2016, que trata das regras relativas ao Cadastro de Empregadores que tenham submetido trabalhadores a condições análogas à de escravo foi extinto no dia 31/03/2017, de acordo com a Portaria Nº289 de 30 de março de 2017.**

## ■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

---

### Órgão

Ministério do Trabalho

### Representação Efetiva

Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti)

### Representantes

---



#### Titular

Mônica Vilas Bôas Paúra

*Assessora Técnica da Gerência de Desenvolvimento Educacional do Senac-DN*

(Compareceu)

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada no dia 24 de março de 2017

A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Conaeti), instituída pelo Ministério do Trabalho, foi criada por intermédio da Portaria nº 365 de 12 de setembro de 2002, sendo uma de suas atribuições elaborar proposta de um Plano Nacional de Combate ao Trabalho Infantil.

Objetivando identificar os problemas do Plano vigente e sugerir novas propostas para a elaboração de um novo Plano, foi criada a Subcomissão de Revisão do Plano Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil e Proteção ao Trabalhador Adolescente.

O presente relatório traz os temas abordados na última Reunião da subcomissão. A saber:

1 - Apresentação de dados do trabalho infantil, considerando dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e MTb. Estes foram baseados, respectivamente, na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) e na Relação Anual de Informações Sociais (Rais).

A exposição foi feita pelo auditor fiscal do trabalho, José Tadeu de Medeiros Lima, especialista em análises sobre o trabalho.

Os dados estatísticos de trabalho infantil, apurados por distintas fontes, Pnad/IBGE e Rais/MTb, mostraram o que foi definido pelo auditor como "erro histórico na definição de trabalho infantil". Segundo o IBGE, trabalho infantil é todo e qualquer trabalho desenvolvido por menores de 18 anos. Neste contexto, os dados da Pnad, realizada pelo IBGE, equivocadamente, computam como trabalho infantil dados de adolescentes inseridos desde os 14 anos de idade na aprendizagem metódica e de trabalhadores formais de 16 e 17 anos.

Para exemplificar o exposto, foram apresentados dados de trabalho infantil da Pnad/IBGE e da Rais/MTb, levando em consideração apenas o período 2014-2015.

Se forem retirados dos números apresentados pela Pnad/IBGE os aprendizes de 14 a 17 anos e os empregados formais de 16 a 17 anos, ambos obtidos nos dados da Rais/MTb, a redução dos índices do trabalho infantil será de aproximadamente 19,7%.

O exemplo acima ilustrou a necessidade de revisão e alinhamento nacional da definição de trabalho infantil, uniformizando conceitos e cortes de faixas etárias, para que, independentemente da fonte consultada, as informações sobre os números de trabalho infantil no País traduzam a mesma realidade.

Como fechamento da apresentação, foram elencadas sugestões de possíveis ações a serem incorporadas na elaboração do III Plano Nacional de Controle do Trabalho Infantil, que está em construção. São elas:

Priorizar o enfrentamento do trabalho infantil nas piores formas;

Localizar focos de trabalho infantil, identificando-os através do cruzamento de dados da Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), contidos na RAIS e no do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), com os dados da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) do empregador do Censo de 2010;

O cruzamento de dados deve priorizar a identificação de CBOs pertencentes à Lista das Piores Formas de Trabalho Infantil (Lista TIP);

Priorizar o aprimoramento das ferramentas punitivas de exploração do trabalho infantil (certidões previstas em lei e divulgação da "lista suja" do trabalho infantil);

Integrar programas e ações de enfrentamento ao trabalho infantil no âmbito dos Poderes Executivo, Legislativo, Judiciário e Ministério Público, visto que muitos programas e ações em andamento se encontram superpostos e por vezes conflitantes.

2 - Revisão do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil, que está em construção, para posterior submissão à Plenária da Conaeti (continuação).

Visando aprimorar a minuta, no tópico "Análise Situacional do Trabalho Infantil", foram incorporados os dados da pesquisa apresentada pelo auditor fiscal José Tadeu de Medeiros Lima, acrescentando, também, os recortes do trabalho infantil por regiões geográficas, dadas suas especificidades.

Não foram discutidos os eixos estratégicos que compõem a matriz operacional do Plano, bem como suas propostas de ações.

3 - Encaminhamento proposto:

Agendamento de nova reunião, com posterior divulgação de data, para discussão dos demais itens do Plano que está em construção.

4 - Pontos de atenção para as próximas reuniões de elaboração do Plano Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil - Questões da minuta que necessitam ser amplamente debatidas.

4.1. Eixo 2 - Educação

4.1.1. Ação 1 - Garantir oferta de educação em tempo integral, priorizando contextos de índices socioeconômicos baixos e muito baixos.

Considerações:

A Lei nº 13.415/2017 prevê a reforma do ensino médio, implementando o tempo integral e possibilitando a oferta de formação com ênfase técnica e profissional, fazendo uso, quando aplicável, de instrumentos estabelecidos pela legislação sobre aprendizagem profissional.

Pontos de atenção:

Fomento/fortalecimento para oferta da aprendizagem profissional em nível técnico médio, sendo que esta modalidade ainda não é ofertada pela maioria das instituições responsáveis por ministrar cursos de aprendizagem, inclusive o Senac.

4.2. Eixo 5 - Proteção do Adolescente Trabalhador

4.2.1. Ação 1 - Garantir o acesso à aprendizagem profissional.

Atividade proposta: Fomentar a aprendizagem profissional para adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas (Decreto nº 8.740/2016).

Considerações:

O Decreto nº 8.740/2016 (Cotas Sociais) prevê que a seleção de aprendizes deverá priorizar a inclusão de jovens e adolescentes em situação de vulnerabilidade ou risco social. em situações onde o estabelecimento contratante possui peculiaridades da atividade ou dos locais de trabalho, constituindo embaraço à realização das aulas práticas.

Pontos de atenção:

O cumprimento das cotas sociais requer a publicação de uma Portaria que regulamentará o supracitado decreto, definindo os setores que serão contemplados para atendimento dos jovens em condições de vulnerabilidade. Desta forma, sem os esclarecimentos da portaria, é inviável o atendimento ao decreto.

4.2.2. Ação 2 - Garantir a proteção do adolescente trabalhador.

Atividade proposta: Fiscalizar as entidades formadoras da aprendizagem (órgão responsável: MTb).

Considerações:

As Instruções Normativas da Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) nº 97/2012 e nº 113/2014 são documentos que estabelecem diretrizes sobre a fiscalização das condições de trabalho no âmbito dos programas de aprendizagem.

Pontos de atenção:

A proposta apresentada necessita de maior detalhamento, pois a fiscalização das entidades formadoras de aprendizagem já é realizada, conforme determinado nas Instruções Normativas da SIT nº 97/2012 e nº 113/2014.

## ■ RESPONSABILIDADE SOCIAL

---

### Órgão

Senado Federal (SF) - Frente Parlamentar Mista de Combate ao Contrabando e à Falsificação

### Representação Eventual

Lançamento da Campanha “O Brasil que nós queremos”.

### Representantes

---



André Luiz Roncato  
*Suplente da Diretoria da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### **Reunião realizada nos dias 28 e 29 de março de 2017**

O Movimento Brasil que Nós Queremos é uma iniciativa de entidades que fazem parte do Conselho Nacional de Combate à Pirataria e Delitos Contra a Propriedade Intelectual (CNCP) do Ministério da Justiça (MJ), entre elas, a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e à Falsificação, presidida pelo deputado federal Efraim Filho; o Instituto Brasileiro de Ética Concorrencial (ETCO), presidido por Edson Vismona; o Fórum Nacional Contra a Pirataria (FNCP); o Mercado Legal; a Confederação Nacional da Indústria (CNI); a Associação dos Magistrados do Brasil; entre outras.

Na oportunidade, foi assinado um termo de cooperação entre o MJ, pelo ministro Osmar Serraglio, e a Frente Parlamentar de Combate ao Contrabando e à Falsificação, pelo deputado federal Efraim Filho, no sentido de construir avanços no combate às ilegalidades.

## ■ **RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

---

### **Órgão**

Ministério do Trabalho (MTb)

### **Representação Efetiva**

Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI)

### **Representantes**

---



#### **Titular**

Darci Piana

*Vice-Presidente Administrativo da CNC*



#### **Suplente**

Roberto Luis Lopes Nogueira

*Advogado*

*Divisão Sindical da CNC*

**(Compareceu)**

---

### **Ações**

#### **Reunião Ordinária realizada no dia 9 de março de 2017**

No dia 9 de março de 2017, na sala 902, 9º andar do edifício sede do Ministério do Trabalho (MTb) em Brasília (DF), realizou-se a reunião da Comissão Tripartite de Relações Internacionais (CTRI), em função da convocação realizada pela Assessoria Internacional do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Pelos empregadores, estiveram presentes representantes da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), Confederação Nacional da Indústria (CNI), Confederação Nacional do Sistema Financeiro (Consif) e Confederação Nacional do Transporte (CNT).

Pelos trabalhadores, estiveram presentes representantes da Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical (FS), União Geral dos Trabalhadores (UGT), Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST), e Central Geral de Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB).

Pelo Governo, estiveram presentes representantes do Gabinete do Ministro (GM), Secretaria de Relações do Trabalho (SRT), Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT), Secretaria de Políticas Públicas de Emprego (SPPE) e Secretaria Nacional de Economia Solidária (Senaes).

Como observador, o representante da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A reunião foi aberta por Sua Ex.<sup>a</sup>, o Ministro do Trabalho, Ronaldo Nogueira, que agradeceu a presença de todos os representantes dos trabalhadores, dos empregadores e do Governo. Ressaltou a importância dos trabalhos da CTRI e da



sua relevância em subsidiar a Delegação Brasileira nas Conferências da OIT com seus estudos e debates. Destacou que é através do dissenso que os temas podem ser aprimorados, pois isso é da essência do diálogo social, daí sua importância, e que o Brasil pode ser protagonista desse debate. Finalizou agradecendo e retirou-se em função de outro compromisso.

O Sr. Ney Canani (do Gabinete do Ministro) passou a coordenar os trabalhos da reunião, na ordem da pauta previamente distribuída para os representantes da CTRI. A seguir os principais pontos abordados:

#### 1. 329ª Reunião do Conselho de Administração da OIT

O Conselho de Administração da OIT, composto por membros do Governo, dos empregados e dos trabalhadores, se reunirá nos próximos dias, de 13 a 24 de março, em Genebra, na Suíça. O Governo destacou, dentre os temas agendados, quatro pontos que merecem atenção: o trabalho decente na economia rural; a transição do trabalho informal para o formal; e a limitação, ou não, da colaboração da OIT com a indústria do fumo; e o combate ao trabalho infantil.

#### 2. 106ª Conferência da OIT – de 5 a 16 de junho de 2017

O Sr. Coordenador informou que foram definidos os cinco temas da próxima Conferência, em 2017, a saber: I - Informação e relatórios sobre aplicação das convenções e recomendações; II - Migração laboral; III - Emprego e trabalho decente para a paz e a resiliência: revisão da recomendação sobre a organização do emprego (transição da guerra à paz), de 1944 (nº 71) (elaboração de normas, segunda discussão); IV - Discussão recorrente sobre o objetivo estratégico relativo aos princípios e direitos fundamentais no trabalho, de acordo com o seguimento da declaração da OIT sobre a justiça social para uma globalização equitativa, 2008; e V - Derrogação das convenções de número 4, 15, 28, 41, 60 e 67 (não há comissão técnica para este tema).

Os relatórios sobre os temas ainda não estão disponíveis no site da OIT, mas o MTb se prontificou a marcar reunião, tão logo os mesmos estejam disponíveis, inclusive para que o Comitê possa analisar e, se for o caso, definir sobre a formação de um Grupo de Trabalho (GT) específico para tanto. De qualquer forma, foi reservada a data de 24 de abril para a realização da próxima reunião da CTRI.

Finalmente, antes do encerramento da reunião, foram apresentados informes sobre: G20; Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), Mercosul e OEA.

---

**Órgão**

Ministério da Saúde (MS)

**Representação Efetiva**

Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian), do CNS

**Representante**

---



**Titular**

Lilian Gullo de Almeida

*Nutricionista - Sesc-DN*

(Compareceu)

---

**Ações**

**Reunião Ordinária realizada nos dias 21 e 22 de março de 2017**

A Reunião aconteceu, no Plenário do Conselho Nacional de Saúde (CNS) e no Ed. Premium, anexo ao Ministério da Saúde (MS), respectivamente. E teve como pauta os seguintes temas:

21 de Março

Item 01 - Leitura da Memória da última reunião da Comissão Intersetorial de Alimentação e Nutrição (Cian) - não foi aprovada por falta de conteúdo.

Item 02 - Informes da Comissão e Apresentação

Outubro de 2016 - Congresso Brasileiro de Nutrição - Aliança pela Alimentação Adequada e Saudável;

Novembro de 2016 - Simpósio Brasileiro de Vigilância Sanitária - 1ª Reunião da Conferência Nacional em Vigilância Sanitária;

Fevereiro de 2017 - CGAN, CONSEA;

Março de 2017 - Enfrentamento da Obesidade Infantil;

Audiência pública no Senado - Taxação da bebida açucarada - essas taxas serão alocadas na saúde.

Apresentação: Campanha permanente contra o agrotóxico - Carla Bueno

A construção desta campanha foca no direito à alimentação saudável e isenta de contaminação química. As regras ainda estão sendo elaboradas para serem alinhadas às regras internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). O posicionamento da ONU é no sentido de regulamentar a utilização do agrotóxico no Brasil, defendendo as práticas agrícolas sustentáveis, pois a estatística é alarmante, com 200 mil mortes/ano, por intoxicação.

As instituições presentes na reunião também se posicionaram:

Conselho Federal de Nutrição (CFN) - Em 2012, esta instituição assinou um documento sobre agrotóxico e transgênico. Após estudos, chegou-se a conclusão que só há segurança alimentar e nutricional com alimentos saudáveis e isentos de venenos.

Instituto Nacional do Câncer (Inca) - Fez um estudo sobre o impacto do agrotóxico na saúde. Não se posiciona contra, mas defende que a população precisa ser informada sobre a utilização desses produtos e o que eles podem causar à saúde.

Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) - Em 2015, reeditou um dossiê que compila reuniões e contribuições de pesquisadores e profissionais preocupados com a saúde da população e o meio ambiente expostos ao agrotóxico.

Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) - Abriu consulta pública nº 313/2017, desde 23 de fevereiro de 2017 - proposta de regulamentação sobre os procedimentos administrativos de reavaliação toxicológica de ingredientes ativos de agrotóxicos com indícios de alteração dos riscos à saúde humana para substituir a resolução da diretoria colegiada - RDC nº 48, de 7 de julho de 2008.

Educação, Informação e Tecnologia para Autogestão (Eita) - A Cooperativa de Trabalho Eita possui como missão fortalecer as lutas de movimentos sociais do campo popular através da construção de tecnologias da informação livres e metodologias participativas para seu uso e apropriação. Criou uma plataforma sobre a responsabilidade política com o agrotóxico.

Item 03 - Apresentação: Plano Nacional de Saneamento e Abastecimento de Água (Planasb) - Tatiane Pereira

A Lei nº 11.445/07 definiu saneamento básico como o conjunto de serviços, infraestruturas e instalações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos e drenagem de águas pluviais urbanas.

O Planasb foi aprovado em 2013 e é coordenado pelo Ministério das Cidades, mas deve ser observado por todos os órgãos que atuam com saneamento básico.

O foco do Programa será o apoio à gestão pública dos serviços, visando criar condições de sustentabilidade para o adequado atendimento populacional, incluindo a qualificação da participação social e seu controle social sobre os serviços.

De acordo com as metas, o desafio da universalização está posto para os serviços de abastecimento de água potável e de coleta de resíduos domiciliares em todas as áreas urbanas, em 2023 e 2033, respectivamente, bem como para a instalação de unidades hidrossanitárias em todo o território nacional até 2033.

Conforme se observou, o Planasb baseou-se em um cenário de referência (Cenário 1), cuidadosamente escolhido após diversas etapas de avaliação de sua plausibilidade e probabilidade, considerando-se, entre outros aspectos, o suporte dos atores sociais para a sua ocorrência. Com base neste cenário, metas, macrodiretrizes e estratégias foram estabelecidas e, visando à sua materialização, programas de governo foram propostos.

Especificamente no setor de saneamento básico, prevê-se crescimento do patamar de investimentos públicos federais e maior racionalidade na aplicação de

recursos, que seriam subordinados ao planejamento e ao controle social nos três entes federados.

Item 04 - Apresentação: 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde (CNVS)- Fernando Pigatto - CNS

A 1ª CNVS tem como objetivo propor diretrizes para a Formulação da Política Nacional de Vigilância em Saúde e o fortalecimento dos programas e ações de vigilância em saúde.

O tema central da Conferência, que orientará as discussões nas distintas etapas da sua realização, será "Vigilância em Saúde: Direito, Conquistas e Defesa de um SUS Público de Qualidade", a ser desenvolvido um eixo principal e subeixos.

O eixo principal da 1ª CNVS será Política Nacional de Vigilância em Saúde e o fortalecimento do SUS como direito de proteção e prevenção da saúde do povo brasileiro. "Fortalecimento dos programas e ações de Vigilância em Saúde."

Os subeixos da 1ª CNVS:

I - o papel da vigilância em saúde na integralidade do cuidado individual e coletivo em toda a Rede de Atenção à Saúde;

II - acesso e integração das práticas e dos processos de trabalho das vigilâncias epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental e do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública;

III - acesso e integração dos saberes e tecnologias das vigilâncias: epidemiológica, sanitária, em saúde ambiental, do trabalhador e dos laboratórios de saúde pública;

IV - responsabilidades do Estado e dos governos com a vigilância em saúde;

V - gestão de risco de estratégias para identificação, planejamento, intervenção, regulação, ações intersetoriais, comunicação e monitoramento de riscos, doenças e agravos à população;

VI - monitoramento de vetores e de agentes causadores de doenças e agravos, inclusive as negligenciadas;

VII - implementação de políticas intersetoriais para promoção da saúde e redução de doenças e agravos, inclusive as negligenciadas;

VIII - a participação social no fortalecimento da vigilância em saúde.

A Cian propôs a inclusão de um subeixo à programação da 1ª CNVS, que foi aprovada durante a reunião, pelo presidente do CNS, Ronald Ferreira.

Considerando:

1. A ascensão da obesidade e das doenças crônicas não transmissíveis (DCNTs) e seu impacto social, econômico, em particular o ônus para o SUS;

2. As metas e os objetivos previstos no Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 (deter o aumento da obesidade, aumentar o consumo de frutas e hortaliças, reduzir o consumo de bebidas açucaradas);

3. Os objetivos e as diretrizes do Plano Nacional de Saúde 2016-2019 e o compromisso da Câmara Interministerial de Segurança Alimentar e Nutricional, estabelecido no II Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional 2016-2019;

4. O pacto federativo de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável, protagonizado pelo Governo Federal e assinado por ocasião da 5ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, em novembro de 2015;
5. A proposição da Década de Nutrição pela ONU, contando com o protagonismo do Brasil em sua formulação;
6. As crescentes evidências científicas quanto aos danos causados à saúde e ao ambiente, pelo uso de agrotóxicos, e o compromisso do setor saúde com o Plano Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (Planapo);
7. A dimensão multicausal da obesidade, que requer medidas regulatórias e fiscais quanto ao perfil nutricional dos alimentos (ultraprocessados, processados e *in natura*), à publicidade de alimentos e à promoção de ambientes saudáveis, utilizando-se estratégias multissetoriais;
8. Os avanços obtidos na formulação de políticas de enfrentamento da obesidade e das DCNTs, como o Plano de Enfrentamento das DCNTs, a Estratégia Intersetorial de Prevenção e Controle da Obesidade e o *Guia alimentar para a população brasileira*.

A Cian propõe a inclusão do seguinte subeixo à programação da 1ª CNVS: A vigilância em saúde no atual cenário epidemiológico e nutricional da população brasileira.

Item 05 - Apresentação: Segurança Alimentar - Lucélia Silva - Fenacelbra

A representante da Fenacelbra fez alguns informes:

Projeto de Lei que propõe o dia 20 de maio para comemorar o Dia Nacional do Celíaco;

A respeito do 2º Encontro dos Celíacos no Sul, fez duas ponderações sobre Segurança Alimentar:

Alimentação nos hospitais;

Preparo longo para exames - após o exame oferecer alimentos sem glúten.

Modismo x Doença Celíaca - os celíacos têm na dieta sem glúten o seu único tratamento, porém, com a moda da dieta sem glúten, eles se sentem "marginalizados".

Item 06 - Apresentação: Carne Fraca

O CNS colocou-se contra esta operação e faz uma reflexão sobre o papel do Estado no fortalecimento das políticas públicas, como a vigilância em saúde, para a proteção da saúde da população brasileira.

O Sistema Único de Saúde (SUS) é uma das principais conquistas sociais, fruto da luta do povo brasileiro. A Constituição Federal, promulgada em 1988, inscreveu a saúde como um direito social e de dever do Estado.

A fiscalização e a inspeção de alimentos são atribuições do SUS e integram uma das estratégias para o monitoramento de riscos. Essas atividades, ao mesmo tempo que possibilitam a proteção da saúde dos consumidores, devem combater o interesse meramente mercantil dos produtos e impedir a disponibilização de carne adulterada.

É preciso resistir e reagir, para impedir que essas práticas prevaleçam, pois o povo brasileiro tem direito ao consumo de "Carne Honesta".

A Cian também se posicionou quanto a esta operação, complementando o posicionamento do CNS sobre o ocorrido.

Esse episódio traz à tona questões centrais sobre o funcionamento do atual sistema alimentar, que precisa ser repensado. Voltado ao agronegócio, em associação às grandes empresas transnacionais de insumos, à indústria de alimentos e ao uso intensivo de agrotóxicos, trata-se de um sistema insustentável, como mostram evidências científicas denunciando os danos à saúde e ao ambiente daí resultantes. A epidemia da obesidade reflete bem esse modelo, que induz o consumo de alimentos ultraprocessados, em detrimento de alimentos *in natura*.

Em nome do direito à alimentação adequada e saudável, a Cian afirma a centralidade da Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN), do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e das diretrizes do *Guia alimentar para a população brasileira*.

A garantia de comida de verdade no campo e na cidade só é possível a partir de uma nova forma de lidar com o campo, pensando a ruralidade, as tradições e o conhecimento popular.

Por fim, a Cian reafirma a pertinência da construção histórica do conceito brasileiro de segurança alimentar e nutricional, entendida como o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, baseado em práticas alimentares promotoras de saúde, que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis.

22 de Março

Item 07 - Informes Legislativos - Vanderlei Macedo

PL - Terceirização no Brasil - CNS é contra votada em 22 de março.

PL - Reforma da Previdência - em 21 de março, houve mais um pedido de CPI na Previdência.

PL - 6299/02 - agrotóxicos - tramita em comissão especial. O CNS é contra este PL e seus associados.

Item 08 - Apresentação: Relato do Encontro Internacional da América Latina sobre Obesidade Infantil - Michele Lessa - CGAN/MS

O Brasil é um dos primeiros países a divulgar compromissos de promoção à alimentação saudável, que inclui redução do consumo de refrigerantes e aumento da ingestão de frutas e hortaliças.

Durante o Encontro Regional para Enfrentamento da Obesidade Infantil, em Brasília, o Ministro da Saúde, Ricardo Braga, determinou metas para frear o crescimento do excesso de peso e obesidade no País. O encontro faz parte da implementação da Década de Ação das Nações Unidas para a Nutrição (2016-2025), que incentiva o acesso universal a dietas mais saudáveis e sustentáveis.

O Brasil assumiu como compromisso atingir três metas: deter o crescimento da obesidade na população adulta até 2019, por meio de políticas intersetoriais de saúde e segurança alimentar e nutricional; reduzir o consumo regular de refrigerante e suco artificial em pelo menos 30% da população adulta até 2019; e ampliar em no mínimo 17,8% o percentual de adultos que consomem frutas e hortaliças regularmente até 2019.

A ingestão de alimentos ultraprocessados começa já nos primeiros anos de vida. A Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (2006) sinaliza que 40,5% das crianças menores de cinco anos consomem refrigerante com frequência. Enquanto dados da Pesquisa Nacional de Saúde (2013) apontam que 60,8% das crianças menores de dois anos comem biscoitos ou bolachas recheadas. O resultado do mau hábito alimentar é que uma em cada três crianças brasileiras apresenta excesso de peso (POF 2008-2009).

O MS publicou uma Portaria proibindo venda, promoção, publicidade ou propaganda de alimentos industrializados ultraprocessados com excesso de açúcar, gordura e sódio e prontos para o consumo dentro das dependências do Ministério. A proposta é estender essas regras aos demais órgãos e entidades da administração direta federal. Além disso, o Ministério constrói uma campanha pela adoção de hábitos saudáveis chamada "Saúde Brasil".

Ações já realizadas pelo MS para redução da obesidade:

Assinada Diretrizes de Promoção da Alimentação Adequada e Saudável nos Serviços Público Federal;

Publicação do *Guia alimentar para a população brasileira*, que estimula o consumo de alimentos *in natura*. Iniciativa é reconhecida mundialmente;

Publicação do *Guia alimentos regionais brasileiros*.

Item 09 - Apresentação: Conferência Nacional da Saúde da Mulher - Carmen Lúcia - CNS

O CNS, órgão vinculado ao MS, deliberou pela realização da 2ª Conferência Nacional de Saúde das Mulheres (CNSMu), em 2016, com o tema "Saúde das Mulheres: Desafios para a integralidade com equidade".

Esta Conferência destacou a ampliação, a mobilização e o engajamento das mulheres nos movimentos sociais de mulheres e de parceiras(os) com a agenda de resistência e de lutas contra qualquer retrocesso, na cultura e na política, pela igualdade de gênero. Será importante também na luta contra o congelamento de recursos públicos por 20 anos e contra a mercantilização/privatização do SUS, que ferem a Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 e a democracia, criando um cenário de ruptura institucional da agenda de construção solidária do acesso das mulheres à saúde integral equânime, como direito de cidadania.

Item 10 - Apresentação: Agenda Regulatória: Rotulagem de Alimentos - Antônia Maria - Anvisa

A Anvisa ainda não possui uma rotulagem ideal para sinalizar a presença de nutrientes nocivos à saúde e se recusa a adotar os modelos já utilizados nos países do Mercosul.

Esta é uma questão importante, pois a informação contida no rótulo nutricional deve ser clara e não pode gerar dúvidas na população, pois pessoas com diabetes muitas vezes precisam da informação correta de quanto de nutriente tem na



---

### Órgão

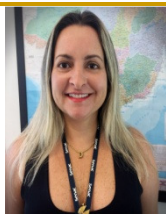
Ministério da Saúde (MS)

### Representação Efetiva

Comissão Intersetorial de Recursos Humanos e Relações de Trabalho (CIRHRT)

### Representante

---



#### Titular

Daniela de Oliveira Ribeiro

*Assessora Técnica da Gerência de Implementação e Integração Educacional do Senac-DN*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião Ordinária realizada nos dias 6 e 7 de março de 2017

Pontos relevantes e encaminhamentos da 174ª Reunião Ordinária da CIRHRT nas datas de 6 e 7 de março de 2017:

A Comissão focou na análise do objetivo 10 do Programa Anual de Saúde (PAS) por entender que este é o tema mais relevante em termos de formação profissional, objeto da Comissão.

O objetivo 10 trata de: "Promover, para as necessidades do SUS, a formação, a educação permanente, a qualificação, a valorização dos trabalhadores, a desprecarização e a democratização das relações de trabalho." Diante deste objetivo foram descritas 13 iniciativas e 6 metas. A Comissão identificou que as 6 primeiras iniciativas estão contempladas nas 6 metas, entretanto, as 7 iniciativas restantes não se desdobram em metas. Desta forma, colocou-se a necessidade de informar este fato na 291ª RO/CNS, nos dias 9 e 10 de março de 2017;

Recebido do Ministério da Educação - Conselho Nacional de Educação (CNE) ofício resposta ao ofício do CNS solicitando a presença de representantes do CNE para participarem como membros permanentes nas discussões das Diretrizes Curriculares Nacionais dos cursos de graduação da área da saúde. Entretanto, como resposta, recebemos: "sobre o assunto, cabe informar que existem, no âmbito da Câmara de Educação, comissões instituídas com o objetivo de revisar e estabelecer novas Diretrizes Curriculares Nacionais, conforme competências legais atribuídas ao CNE", e ainda convidam o CNS a participar dos seus debates. Diante dos fatos, decidiu-se levar a conhecimento do CNS o ofício em questão para orientação da melhor forma de responder o documento e indicou-se como representante para possível participação das reuniões do CNE o coordenador Gerdo Faria;

Recebido Projeto de Lei 4.278/2016, que altera a lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, para dispor sobre as ouvidorias do Sistema Único de Saúde (SUS) como instância de participação da comunidade, para avaliação, parecer e encaminhamento ao CNS. A Comissão se colocou desfavorável ao Projeto de Lei em questão, principalmente, por conta do inciso VI, que fala sobre a questão da Conferência de Saúde e o Conselho de Saúde serem considerados instâncias

colegiadas, e as ouvidorias do SUS se configurarem como instâncias de participação direta do cidadão na gestão da saúde. A redação faz com que haja diversas interpretações sobre o tema, podendo causar problemas futuros.

Bruna Borges falou sobre as residências médicas, onde pontuou a situação das atividades: em fase de organização e definição dos grupos de trabalho para atingir as metas do Mais Médicos. Ressaltou que estão em fase inicial dos processos. Não houve apresentação do representante do Mais Médicos.

### **Reunião Ordinária realizada nos dias 3 e 4 de abril de 2017**

Iniciou-se o debate do Projeto de Lei (PL) 559/2015 em questão solicitando a apresentação dos representantes da Confederação Nacional da Saúde (CNS) e da Confederação Nacional do Comércio (CNC).

Representante da CNS: Marcelo Brito - vice-presidente.

Representante da CNC: Anna Beatriz Almeida - diretora de Educação Profissional do Senac - Departamento Nacional.

O vice-presidente da CNS iniciou sua explanação agradecendo o convite e abordou os seguintes pontos: contextualizou a criação do sistema CNC-Sesc-Senac em 1946, quando a situação da saúde era outra, sem colocar argumentações de relevância. Focou nos argumentos de que apenas uma estrutura dedicada à saúde garantiria a qualidade dos serviços do setor; que apenas gestores oriundos da área saberiam reconhecer “o que a saúde precisa” e, ainda, que apenas uma governança autônoma daria a correta aplicação dos recursos em favor do setor.

A diretora de Educação Profissional do Senac falou sobre as seguintes argumentações que foram colocadas no documento elaborado pelo Sesc-Senac para auxiliar na redação do solicitado parecer: o Senac e o Sesc são serviços autônomos, instituídos por lei, com personalidade jurídica de direito privado, sem fins lucrativos; são autônomos em termos administrativos e financeiros, têm patrimônio próprio e operam em regime de iniciativa particular, conforme seus respectivos regimentos; prestam assistência social e educacional a determinadas categorias de empresas e são mantidos por estas por meio de contribuições compulsórias; as arrecadações não fazem parte do orçamento fiscal da União, nem do orçamento da Seguridade Social. A fonte de arrecadação é privada. As contribuições incidem sobre a folha de salários. Isto não significa desconto na folha de pagamento dos trabalhadores. Não há nenhum ônus ou tributo para o trabalhador; estão sujeitos à fiscalização de órgãos de controle, como TCU e CGU, e são obrigados a realizar licitação; com relação ao alinhamento do Sesc e do Senac com as políticas públicas, foi demonstrado por meio das apresentações e dos materiais enviados via e-mail o quanto as instituições estão presentes em campanhas do governo, em instituições de atenção básica e em hospitais federais, estaduais e municipais. Outro fato para reflexão é a questão do impacto que a aprovação do Projeto de Lei causará nos trabalhadores que são hoje atendidos pelo Senac e pelo Sesc. Outro ponto é a infraestrutura criada ao longo dos 70 anos de atuação. Serão 980 ambientes pedagógicos, de propriedade do Senac, desativados e se deixará de investir nessas estruturas, que hoje, são de última geração. A situação está caracterizada como uma disputa por representação

sindical patronal, se sobrepondo aos interesses sociais; Conforme Constituição Federal, o recurso tem direcionamento para os serviços autônomos.

Depois da fala dos representantes das Confederações, o coordenador, Gerdo Faria, abriu a mesa para questionamentos e debate.

A diretora de Educação Profissional respondeu a todos os questionamentos embasada em números e fatos. O vice-presidente da CNS não respondeu da mesma forma, pois não possuía dados para apresentar.

Ao final do debate, pode-se observar muita dúvida dos membros da Comissão em relação à criação de um novo "S" para a saúde, visto que os sistemas existentes (Sesc e Senac) atendem com qualidade aos trabalhadores.

Foi solicitado o compartilhamento do documento contendo as argumentações feitas pelo Sesc e pelo Senac para auxiliar na redação do PL. O documento em questão foi compartilhado com a Comissão.

Com relação aos encaminhamentos, foi decidido que: a Comissão fará oficialmente questionamentos às Confederações (CNC e CNS), assim como, aos sindicatos de trabalhadores e ao Ministério da Saúde. Estes dados farão parte dos documentos necessários para o embasamento do parecer. Haverá também necessidade de realização de uma reunião presencial, antes da reunião onde o parecer será apresentado, para que haja consolidação das informações e da redação do parecer. Os questionamentos deverão ser construídos pelo subgrupo de trabalho via e-mail e WhatsApp. Não se chegou à definição de quando acontecerá a próxima reunião para apresentação do parecer. O que ficou definido é que em maio, por conta da participação de vários representantes da CIRHRT no Congresso da Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco), não haverá apresentações, somente avaliação de processos.

A Comissão aprovou a Nota Técnica da Farmácia que será encaminhada à Mesa Diretora e conseqüentemente ao Pleno, por meio de Resolução que aprova a referida Nota Técnica;

Representantes da CIRHRT participaram da Audiência Pública das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Graduação em Farmácia. O grupo relatou como funciona o processo de avaliação das contribuições que o Ministério da Educação recebe e sobre a questão de a maioria dos participantes da Audiência Pública estar contra a modalidade de educação a distância para o segmento da saúde.

A Associação Nacional de Médicos Peritos (ANMP) deixou bastante claro o posicionamento a respeito da perícia multiprofissional, informando que perícia médica é, em sentido amplo, todo e qualquer ato propedêutico ou exame, feito por médico, com a finalidade de contribuir com as autoridades administrativas, policiais ou judiciárias na formação de juízos a que estão obrigados (Hermes Rodrigues de Alcântara). Desta forma, o debate ficou muito restrito, pois o grupo se mostrou muito inflexível no seu posicionamento.

Será realizada reunião presencial do subgrupo de trabalho que redigirá o parecer acerca do PL 559/2015 e a aprovação da formalização do mesmo deve acontecer

pelo Pleno do CNS. Os integrantes devem ser conselheiros (cinco), que podem convidar membros das Comissões para participarem tecnicamente do parecer e, desta forma, a participação dos convidados será custeada pelo CNS.

## ■ TURISMO

---

### Órgão

Ministério do Turismo (MTur)

### Representação Efetiva

Conselho Nacional de Turismo

### Representantes

---



#### Titular

Antonio Oliveira Santos  
*Presidente da CNC*

---



Eraldo Alves da Cruz  
*Secretário Executivo do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade (Cetur) da CNC*

**(Compareceu)**

---

### Ações

#### Reunião realizada no dia 5 de abril de 2017

Mesa-redonda ministerial sobre o turismo como ferramenta para o desenvolvimento.

A secretária de Comunicação da OMT, Sandra, exhibe um vídeo mostrando a questão da sustentabilidade como tema de atuação em 2017 e apresenta os três ministros presentes para a discussão do tema:

Brasil - ministro Marx Beltrão

Uruguai - ministra Lilian Kechichiam

Argentina - secretário de Turismo do Ministério de Turismo - Alejandro Eloy Lastra

1) O ministro Marx Beltrão inicia as apresentações e fala sobre a promoção da inclusão no turismo no Brasil e que já existem alguns destinos que estão preparados para atender as pessoas com necessidades especiais. Apresenta um vídeo onde três pessoas com necessidades especiais fizeram passeios por várias cidades turísticas, como, por exemplo, Bonito, Natal, Socorro e Rio de Janeiro.

Coloca que devemos incentivar os gestores públicos para o desenvolvimento sustentável, que o Ministério apoia o Prêmio Braztoa de Sustentabilidade e que o turismo tem que ser visto como mola propulsora do desenvolvimento.

2) O secretário de Turismo da Argentina, Alejandro Eloy Lastra, inicia dizendo que a Lei Geral do Turismo da Argentina já inclui, no segundo parágrafo, a questão da harmonia das atividades no meio ambiente, na cultura e na economia. Apresenta o projeto Povos Autênticos, que visa ampliar o turismo nas áreas com menos de 12 mil habitantes. Essa atuação tem como objetivo o desenvolvimento

através da atividade turística e é realizada em parceria com os Ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia, da Educação e do Turismo.

Explica que a Câmara de Turismo aderiu ao Pacto Global das Nações Unidas com alguns objetivos:

Criar o Observatório de Turismo Sustentável, conforme orientação da OMT;

Programa de Turismo e Infância;

Realizar em novembro o Congresso - Foro Nacional 2017 - Ano do Turismo Sustentável para o Desenvolvimento;

Capacitação em todos os segmentos;

Diretrizes da Gestão Ambiental e Planejamento Estratégico.

3) A ministra Lilian Kechichiam apresenta o *slogan* que está sendo utilizado, que é "*turismo todo el año, en todo el país y para todas las personas*".

Informa que o turismo se converteu em uma política de Estado e que 2016 foi o melhor ano de turismo no Uruguai. Tendo como principais destinos Montevideú, Punta del Este, Colônia e el litoral termal.

O país recebeu 151 cruzeiros em Montevideú, melhoraram a conectividade aérea e criaram outros produtos turísticos, como, por exemplo, náuticos, LGBT, rural, negócios e áreas protegidas.

Regionalizaram o território, descentralizaram a gestão turística e conseguiram apoio do BID para o programa Mintur, com os objetivos de impulsionar os destinos e fortalecer a gestão turística e as linhas estratégicas para o Plano Nacional do Turismo 2030.

Apresenta as linhas estratégicas do trabalho do Ministério:

Modelo turístico sustentável, econômica, ambiental e socioculturalmente;

Inovação e qualidade;

Incremento das capacidades de qualidade e empenho do compromisso do Sistema Turístico;

Marketing e promoção para ampliar e fidelizar a demanda;

Turismo como ferramenta da integração social, territorial e política consciente da diversidade;

Turismo social;

Geração de emprego e capacitação prioritária;

Lei de Emprego Juvenil - flexibilização para o período de alta com a contratação de jovens de 15 a 17 anos;

Lei do Turismo;

Lei do Investimento;

Criação da marca do país: Uruguai Natural.

A secretária da OMT finaliza o painel e agradece a participação de todos.

## **Reunião Atividade Correlata realizada no dia 11 de abril de 2017**

No auditório Ulysses Guimarães, em Brasília, o representante da Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), no Conselho Nacional de Turismo, Eraldo Alves da Cruz, participou do lançamento do programa Brasil + Turismo, que traz medidas de impulso ao turismo a partir de soluções técnicas para gargalos históricos do setor, sem custos adicionais ao governo. As ações são resultado da junção de pleitos apresentados pelo trade, por intermédio do Conselho Empresarial de Turismo e Hospitalidade da CNC (Cetur), e sugestões das principais autoridades do turismo no mundo, como o secretário-geral da Organização Mundial do Turismo (OMT), Taleb Rifai, e o presidente do Conselho Mundial de Turismo e Viagens (WTTC), David Scowsill.

Com as medidas do programa, o ministério espera dobrar o número de turistas estrangeiros no Brasil de 6,6 milhões em 2016 para 12 milhões em 2022, aumentar o turismo doméstico, promover o desenvolvimento regional e a melhoria dos destinos turísticos, além de gerar emprego e renda. Dentro do pacote, encontram-se as seguintes ações: redução de barreiras para emissão de vistos eletrônicos, ampliação da malha aérea regional e abertura de 100% do capital das empresas aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro, além da alteração da Lei Geral do Turismo e transformação da Embratur em agência.

O secretário executivo do Cetur/CNC, Eraldo Cruz, destacou: "Trata-se de um momento de grande avanço em prol de mudanças rápidas e efetivas para melhorar o fluxo turístico e aprimorar a legislação, o que vai alavancar o crescimento do setor no País".

Entre os principais reflexos na economia, espera-se um aumento na receita proveniente do receptivo internacional dos atuais US\$ 6 bilhões para US\$ 19 bilhões até 2022 e a criação de quase 6 milhões de empregos. Com o Brasil + Turismo, o ministério espera ainda inserir 39,7 milhões de brasileiros no mercado consumidor de viagens, uma vez que, hoje, menos da metade da população viaja uma vez ao ano.

Na ocasião, o ministro do Turismo, Marx Beltrão disse que o programa veio para corrigir uma miopia histórica e fazer com que o turismo seja visto como protagonista na geração de emprego e renda. Citou, ainda, a quantidade imensa de desemprego que o país enfrenta (cerca de 13 milhões), e o turismo pode dar respostas rápidas, gerando emprego, ao retirar a burocracia e aumentar a competitividade.

Dentre as medidas introduzidas no programa, destacam-se:

Implantação de visto eletrônico para países estratégicos

O Ministério do Turismo propôs ao Ministério das Relações Exteriores a implantação do visto eletrônico para países estratégicos. A ideia é que, até o fim de 2017, a medida passe a valer para turistas de EUA, Canadá, Austrália e Japão, que são grandes emissores de turistas internacionais com alto poder aquisitivo. A concessão de vistos eletrônicos reduz para 48 horas todo o processo de emissão.

Ampliação da conectividade aérea

Por meio de uma Medida Provisória (MP), o governo vai propor a alteração do Código Brasileiro de Aeronáutica para permitir a abertura de 100% do capital das empresas aéreas brasileiras ao investimento estrangeiro, hoje limitado a 20%. A medida é vista como uma alternativa para ajudar a capitalizar as companhias brasileiras e uma forma de ampliar a malha aérea regional para possibilitar o deslocamento de mais visitantes nacionais e internacionais à aviação regional.

#### Novo modelo de gestão da Embratur

Outra medida apresentada propõe a mudança da natureza jurídica de autarquia da Embratur para Serviço Social Autônomo e do nome da instituição, que passará a ser Agência Brasileira de Promoção do Turismo. A Agência poderá atuar de forma mais competitiva e receber recursos privados para o desenvolvimento de projetos de interesses comuns. Para o financiamento da nova Embratur, será destinado um percentual da arrecadação das loterias federais.

#### Modernização da Lei Geral do Turismo (LGT)

O ministério vai enviar ao Congresso Nacional, em regime de urgência, 118 propostas de alteração na Lei Geral do Turismo. O objetivo é adequar a legislação brasileira à dinâmica atual da atividade turística, com desburocratização dos processos e maior integração com a iniciativa privada. Das 300 sugestões de alteração à Lei Geral do Turismo, encaminhadas pelo Cetur/CNC após trabalho conjunto com quase 30 entidades representativas do turismo, mais de 100 medidas foram recepcionadas na proposta do ministério.

Outros pontos tratados nas medidas foram: melhor aproveitamento das áreas da União com potencial turístico; intensificação dos programas de qualificação profissional; fortalecimento dos órgãos estaduais de turismo com repasse de R\$ 5,4 milhões para estruturação das regiões turísticas do Mapa Brasileiro do Turismo; intensificação da fiscalização do transporte turístico nas rodovias brasileiras em cooperação técnica com a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT) para verificar cadastro no MTur (Cadastur); e ainda adequação do conceito de parques temáticos para que as receitas decorrentes da prestação de serviço do parque sejam abrangidas pelo regime de incidência cumulativa da Contribuição para o PIS/Pasep e Cofins.